

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**COLETIVO EMPODERAMENTO FEMININO EM MATO GROSSO DO
SUL: Estudo sobre Violência contra a Mulher na Universidade**

Tânia Bianca Fagundes do Nascimento

Dourados – MS

2021

Tânia Bianca Fagundes do Nascimento

**COLETIVO EMPODERAMENTO FEMININO EM MATO GROSSO DO
SUL: Estudo sobre Violência contra a Mulher na Universidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Pamela Staliano

Dourados - MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

N244e Nascimento, Tania Bianca Fagundes Do
COLETIVO EMPODERAMENTO FEMININO EM MATO GROSSO
DO SUL: Estudo sobre Violência Contra a Mulher na Universidade [recurso eletrônico] / Tania
Bianca Fagundes Do Nascimento. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Pamela Staliano.
Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Coletivo feminista. 2. Violência na Universidade. 3. Empoderamento Feminino. I. Staliano,
Pamela. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR **TÂNIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO**, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO “PSICOLOGIA”.

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em sessão pública, realizou-se na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “Coletivo Empoderamento Feminino em Mato Grosso do Sul: Estudo sobre Violência contra a Mulher na Universidade” apresentada pela mestrandia Tânia Bianca Fagundes do Nascimento, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof^a. Dr^a. Pamela Staliano/UFGD (presidente/orientadora), Prof^a. Dr^a. Ana Maria Colling/UFGD (membro titular) e Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo/UFGD (membro titular). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada **APROVADA**, fazendo *jus* ao título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**. Os membros da banca abaixo assinados atestam que todos os membros participaram de forma remota¹ desta defesa de dissertação, considerando a candidata **APROVADA**, conforme declaração anexa. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 06 de setembro de 2021.

Prof^a. Dr^a. Pamela Staliano/UFGD – Participação remota*

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Colling/UFGD - Participação remota*

Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo/UFGD - Participação remota*

¹ Participação remota dos membros da banca conforme § 3º do Art. 1º da Portaria RTR/UFGD n. 200, de 16/03/2020 e Art. 2º e 5º da Instrução Normativa PROPP/UFGD N° 1, de 17/03/2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico esta pesquisa em primeiro lugar a Deus por ter me dado força, paciência e por ter sido meu melhor ouvinte nas fases de aflição e escrita.

Agradeço aos meus pais Telozi e Alceu por serem meu porto seguro e, por vezes, financeiro que patrocinaram muitas das minhas passagens de “UBER” para realizar a pesquisa em horário não convencional. Obrigada pelo amor, carinho e apoio excepcional que me deram durante a pesquisa.

Agradeço aos meus amigos Beatriz Ravazine, Clara Deboletto, Clarissa Fernanda Belkeman, Danilo Marques, Kaio Barcelos, Natasha Dellatorre, Paulo Coqueiro e Rafael Borges, que não me deixaram desanimar da pesquisa, mesmo, por vezes, também cansados trabalhando em seus próprios projetos, não me permitiram perder o foco e sempre me acolheram. Vocês foram o impulso que eu precisava para a finalização deste trabalho.

Agradeço especialmente aos meus companheiros de lar Adriano Cavalcante por me acolhere e principalmente por me emprestar os recursos necessários para a escrita do trabalho e a Janaina Cavalcante por me abraçar e me acolher nos momentos de tristeza de saudade da família e de casa, por todo esse tempo você foi meu lar e eu serei eternamente grata por esse coração bondoso e cheio de carinho que é o seu. Vocês me fortaleceram nos momentos de tensão e angústias, a vocês o meu muito obrigada pela doação de tempo, material, carinho e afeto.

Agradeço imensamente à minha orientadora Pamela Staliano que não mediu esforços para me ensinar, me orientar e me acalmar em muitos momentos de angústia, me auxiliando na organização das ideias, pensamentos e material sempre cheia de otimismo, cuidado e zelo por mim e pela pesquisa. Professora obrigada por cada segundo dedicado a esta pesquisa.

Agradeço a professora Veronica Aparecida Pereira, por me auxiliar em momentos de dúvidas e medo sobre a pós-graduação, agradeço aos conselhos e ao

acolhimento nos momentos de desânimo e principalmente por acreditar e confiar na minha pesquisa.

Agradeço também a todas as mulheres participantes do coletivo Empoderamento Feminino, que me receberam e abraçaram a pesquisa com muito carinho e dedicação. Esta pesquisa só foi possível por conta da disposição de vocês meninas. Obrigada!

Agradeço aos membros da banca de qualificação pelas orientações e contribuições a pesquisa e agradeço também a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI- UFGD) e à Faculdade de Ciências Humanas (FCH) por possibilitarem a minha formação.

A todas e a todos, o meu muito obrigada!

“O verdadeiro homem mede a sua força quando se defronta com o obstáculo”

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

A violência é uma questão social que deveria ser tratada como uma problemática de saúde pública, entretanto ela nem sempre é registrada ou analisada de forma adequada. O fenômeno da violência está presente desde o surgimento da humanidade, no entanto, os estudos que procuram compreender e investigar a violência contra mulher iniciaram a partir dos anos 80 quando as políticas e visões sobre as mulheres começam a ganhar visibilidade, já as pesquisas sobre a violência na universidade são ainda mais recentes. Neste sentido, com esta pesquisa, procurou-se estudar e compreender o fenômeno da violência contra a mulher na universidade a partir da experiência de integrantes de um coletivo de empoderamento feminino. A investigação foi empreendida com um coletivo de Empoderamento Feminino baseada na abordagem qualitativa, com a perspectiva descritiva e exploratória dos resultados. As participantes da pesquisa formam um Coletivo, intitulado Coletivo Feminino Maiana Barbosa, composto por mulheres de diversos cursos de graduação da universidade, com idade variando entre 18 e 30 anos. Para a condução do estudo utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com aplicação individual, baseadas em um roteiro construído especificamente para este fim, cujas perguntas versavam sobre os tipos de violências, segurança da mulher em diferentes espaços e denúncia de violência. Participaram do estudo cinco estudantes dos cursos de ciências humanas e sociais aplicadas que conheceram o coletivo por intermédio de outras mulheres ou por meio das redes sociais, que discorreram sobre a temática da pesquisa a partir das suas vivências elencando tipos de violência, a forma como estas violam seus direitos e como produzem uma inferiorização sobre a figura feminina. Espera-se por meio do debate levantado nesta pesquisa que surjam novos campos e olhares para a violência sofrida por mulheres dentro e fora da universidade e que esta temática possa ser estudada com mais afinco, almejando que medidas de segurança e zelo pela vida feminina possa ser sempre o foco de debates e discussões produtivas.

Palavras-chave: Coletivo feminista; Violência na Universidade; Empoderamento Feminino.

ABSTRACT

Violence is a social issue that should be treated as a public health issue, however it is not always properly registered or analyzed. The phenomenon of violence has been present since the emergence of humanity, however, studies that seek to understand and investigate violence against women started in the 1980s when policies and views on women began to gain visibility, as research on university violence are even more recent. In this sense, this research sought to study and understand the phenomenon of violence against women in universities based on the experience of members of a female empowerment collective. The investigation was undertaken with a Female Empowerment collective based on a qualitative approach, with a descriptive and exploratory perspective of the results. The research participants form a Collective, entitled Coletivo Feminine Maiana Barbosa, composed of women from different undergraduate courses at the university, aged between 18 and 30 years. To conduct the study, semi-structured interviews with individual application were used, based on a script built specifically for this purpose, whose questions were about the types of violence, women's safety in different spaces and denunciation of violence. Five students from the applied human and social sciences courses participated in the study who got to know the collective through other women or through social networks, who spoke about the research theme from their experiences listing types of violence, the way in which these violate their rights and how they produce an inferiority on the female figure. It is hoped that through the debate raised in this research, new fields and looks to the violence suffered by women inside and outside the university emerge and that this theme can be studied more fully, aiming that safety measures and care for female life can be always the focus of productive debates and discussions.

Keywords: Feminist collective; University violence; Female Empowerment.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	viii
ABSTRACT	ix
1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1: Trajetória da Mulher na Universidade.....	25
2.2: Violência e Universidade.....	30
2.3: Coletivos de mulheres no enfrentamento da violência.....	36
2.4: Violência contra a Mulher no Estado do Mato Grosso do Sul	43
3. DELINEAMENTO DO ESTUDO	48
3.1: Objetivos.....	48
3.2: Método.....	49
3.2.1: Caracterização do Coletivo.....	49
3.2.2: Participantes.....	51
3.2.3: Instrumentos	51
3.2.4: Procedimento de coleta, éticos e de análise de dados.....	52
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1: Caracterização sociodemográfica das participantes	57

4.2: Categorias de análise	60
4.2.1: Tipos de violência.....	61
4.2.2: Violação de Direitos	69
4.2.3: Inferiorização da mulher.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A.....	92
Termo Consentimento Livre e Esclarecido	92
ANEXO 1	95
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	95

1. INTRODUÇÃO

A violência é um conceito que possui uma multiplicidade de fatores, podendo ser observada por uma ótica social, alcançando tratos verbais, psicológicos, físicos, familiares, além da esfera profissional, concomitante a estes movimentos, ela ainda pode ser considerada como um fator de ordem pública, pois afeta direta ou indiretamente a qualidade de vida de um indivíduo ou grupo (Sacramento & Rezende, 2006).

Por vezes, ela não é entendida como um processo, mas torna-se pertinente abarcar o processo histórico e significativo que esta traz para a atualidade. A violência de forma generalista é visível desde a colonização e até antes desse momento, principalmente para o público infantil, feminino e escravos. Portanto, a forma de violência vem se modificando com o tempo e, com isso, não é possível reduzi-la a apenas uma definição, mas pensar que existem proliferações de violências (Souza, 2020).

Assim, mesmo que a violência faça parte do processo histórico, os estudos sobre violência contra mulher datam a partir dos anos 80 (Sacramento & Rezende, 2006; Santos & Izumino, 2005) quando as políticas e visões sobre as mulheres começam a ganhar visibilidade, correspondendo à luta do movimento feminista que cunhou o termo violência contra a mulher pela primeira vez há pouco mais de 40 anos.

Neste momento, os maiores questionamentos que o movimento feminista fazia era em relação às questões de gênero, da devoção da mulher ao homem, da fragilidade que era imposta, dos estereótipos que cercavam a população feminina e a subalternidade do chamado sexo frágil, ou seja, a luta do movimento feminista inicia-se por meio dos questionamentos de poder e cultura a qual apenas uma parte dos indivíduos era submetida (Vigano & Laffin, 2019).

É importante ressaltar que a violência contra a mulher, fazia parte do ambiente naturalizado na sociedade e conseqüentemente era vista como uma temática banalizada,

considerando que a mulher era vista como um ser inferior (Souza, 2020) e, sobretudo, a violência era entendida como uma forma de educação para o público feminino que desobedecesse aos seus maridos ou pais ou outros homens (Vigano & Laffin, 2019).

O processo de emancipação do público feminino ainda perdura em dias atuais, entretanto, houve uma conquista relevante na luta pela proteção à mulher por meio do movimento feminista, as delegacias da mulher, que atualmente, se configuram como uma política pública de extrema importância (Santos & Izumino, 2005).

No entanto, mesmo com as criações de delegacias e legislações que visam o acolhimento e a segurança da mulher, este público continua sendo o grande alvo das mais diversas violências. E, por isso, entende-se que existem inúmeros tipos e graus de violência e que a figura feminina está passível de agressão o todo tempo, independente do espaço que esteja ocupando.

Tanto no Brasil como em outros países, as manifestações da violência ocorrem em proporções alarmantes, o que faz com que existam políticas que promovam a proteção deste público.

A violência contra a mulher é um caso dramático em todo o ocidente, acirrada nos países latinos. No caso do Brasil, apesar das leis igualitárias, como a Constituição de 1988, a Lei Maria da Penha e a Lei Antifeminicídio ela teima em permanecer, porque estabelecida na cultura. Estas leis são fundamentais, assim como outros dispositivos e discursos para a mudança comportamental, mas sozinhas elas são letra morta (Colling, 2020, p. 2).

Ou seja, as leis somente escritas não são o suficiente para a garantia de proteção da mulher.

A violência sob a perspectiva histórica é vista como uma forma de resolução de conflitos, mesmo esta sendo a geradora dos mesmos, ou seja, os acontecimentos da violência obrigam as mulheres à submissão de regras e ao controle do homem que tem a imagem preservada a partir do momento em que historicamente, ele obteve papel de protetor e cuidador da casa e da família (Bandeira, 2017a).

As manifestações da violência são de ordem estruturada que acontecem a partir do momento em que heranças do patriarcado continuam a se perpetuar pelos espaços que circulam as mulheres (Santana, 2010).

Por patriarcado compreende-se como “um tipo de dominação tradicional, sistema de normas baseado na tradição, na autoridade de um senhor, do chefe de família” (Motta, 2020, p. 4), ou seja, se confere ao homem patriarca toda força e poder para dominação do lar e também fora dele.

Portanto, quando se fala em violência logo se imagina um lado mais forte e poderoso e outro lado fraco e vulnerável, ou seja, em todos os aspectos da violência há sempre uma relação de poder, que nem sempre é expressa por meio de uma agressão física, podendo ocorrer de forma psicológica, financeira entre outras fontes que acarretam em danos em que não só a vítima, mas também o agressor é perpassado (Minayo, 2006; Teles, 2015).

Buscando um enfoque em gênero, denomina-se a violência contra a mulher, histórica e culturalmente, como o resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. Nesse sentido, a violência contra a mulher é toda e qualquer violência, sofrimento ou agressões direcionadas às mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres, podendo causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto no âmbito público como no privado. (Melo & Mental, 2013, p. 191).

Mesmo com a garantia e amparo dirigido à mulher por lei, a desigualdade nas relações é muito evidente, ou seja, a noção de igualdade não é exercida de forma contínua e, ainda, carrega marcas históricas de subordinação da mulher.

É possível dizer que os papéis exercidos por homens e mulheres na atualidade é uma construção social advinda de uma lógica patriarcal de que há apenas uma função em ser mulher, pressupondo a ideia de reprodução biológica, demonstrando como estes

papéis sociais estão organizados na sociedade, em que homens ocupam a esfera pública e as mulheres a esfera privada (Melo & Mental, 2013; Santana, 2010).

Diante disso, não há como fixar ou criar uma definição para a violência, pois seria um reducionismo e, também, uma tentativa fracassada de minimizar os seus impactos em quem comete e quem é passível dessa intolerância (Minayo, 2006). Não há como encontrar uma única definição de violência visto que se trata de um conceito polissêmico que se modifica a partir do momento histórico e em diferentes culturas.

A violência é um fenômeno extremamente difuso e complexo cuja definição não pode ter exatidão científica, já que é uma questão de apreciação, é influenciada pela cultura e submetida a uma contínua revisão na medida em que os valores e as normas sociais evoluem. (Casique & Furegato, 2006, p. 2).

Mesmo a violência sendo um fenômeno de grande amplitude, sempre que se fala sobre ela é comum pensar que o ato praticado foi de ordem física esquecendo-se que existem outras formas de manifestação da violência que precisam ser levadas em consideração.

Dentre as mais variadas formas que existem destaca-se a violência de gênero, ou seja, a violência sofrida apenas pelo fato de ser mulher e ser considerada um ser humano fraco e vulnerável. A violência de gênero nada mais é do que o resultado de uma ordem estrutural que as mulheres são submetidas há anos (Casique & Furegato, 2006; Melo & Mental, 2013; Santos, 2008), isto é, é o produto da dominação masculina sobre a figura feminina que a impede de ser livre e gozar dos direitos que a compete.

Também herança do patriarcado (a supremacia masculina acima de tudo), o comportamento abusivo de muitos homens, é retratado na atualidade por novos conceitos que tem ocupado a agenda das feministas para alertar as mulheres que aquilo que parecem pequenos gestos é também uma forma de poder dos homens sobre as mulheres, de intimidação e de desqualificação do feminino. (Colling, 2020, p. 185).

Partindo do pressuposto de que os seres humanos estão divididos em machos e fêmeas e que ocupam e desempenham determinados papéis e poderes desiguais na vida privada e social, historicamente, os homens estruturam um papel de poder sobre as mulheres exercendo, sobretudo o poder de posse sobre o corpo feminino (Casique & Furegato, 2006; Faleiros, 2007). E de acordo com Colling (2020, p. 186) “A manutenção desta superioridade masculina, que naturaliza as diferenças, o assédio, o estupro e a violência em seus mais variados níveis, precisa acabar”.

Partindo da perspectiva dessa violência de gênero, revelam-se os tipos de violência mais comum que as mulheres são submetidas.

Aponta-se para a violência intrafamiliar ou doméstica e a violência no trabalho, ambas podem ocorrer de cunho físico e sexual, verbal, psicológico e social (Casique & Furegato, 2006; Maito & Severi, 2017). Geralmente, a ocorrência da violência doméstica é cometida por parceiros ou pessoas próximas à mulher, podendo ocorrer na esfera de vida pública ou privada.

Duas das formas mais comuns de violência contra a mulher são o abuso por parte dos companheiros íntimos e a atividade sexual forçada, ocorrendo tanto na infância, como na adolescência ou na vida adulta. O abuso pelo companheiro íntimo, também conhecido como violência doméstica, maltrato da esposa ou agressão, quase sempre é acompanhado por abuso psicológico e, em grande parte dos casos, por relações sexuais forçadas. Em sua maioria, as mulheres maltratadas por seus companheiros sofrem agressões. Na realidade, as relações abusivas se desenvolvem usualmente em atmosfera de medo e até de terror. (Casique & Furegato, 2006, p. 4).

A violência física é, no geral, o ato mais difícil de ser escondido da sociedade por deixar marcas e compreender que é todo e qualquer ato de força utilizado contra a mulher não necessariamente um soco, um chute, mas compreendem também beliscões, puxões de cabelo, mordidas, arranhões entre outras infinitudes de atitudes que investem e influenciam sobre a integridade física da mulher (Melo & Mental, 2013).

Geralmente, este tipo de violência é decorrente de agressões verbais e psicológicas, baseado na crença de poder sobre a situação em que o agressor é dominante, iniciando assim, as agressões físicas. “As relações de violência são extremamente tensas e quase sempre caminham em escalada, começando com agressões verbais, passando para as físicas e podendo atingir a ameaça de morte ou até mesmo o homicídio. (Rocha, 2007, p. 91)”.

Já a violência psicológica é mais complexa de ser identificada, pois corresponde a todo processo emocional e sentimental da vítima, que em muitos casos, a mulher sente-se em falta com o companheiro, ou seja, o fator culpa é preponderante na relação (Bandeira, 2017a; Casique & Furegato, 2006). Este tipo de violência pode vir acompanhado de ameaças, anulação de si enquanto mulher, proibição de contato com o núcleo indesejado pelo parceiro, insultos, jogos mentais, humilhação, abuso econômico e financeiro, dentre outras características que englobam a renúncia da mulher em um relacionamento.

Ressalta-se que quando se trata de violência psicológica muitas situações nem chegam aos gabinetes de autoridades, pois a vítima, por vezes, não consegue enxergar a gravidade da circunstância, por medo de não ter credibilidade, ou ainda, por medo do que pode acontecer após a denúncia, fazendo com que muitas mulheres permaneçam no relacionamento.

As formas de violência psicológica doméstica nem sempre são identificáveis pela vítima. Elas podem aparecer diluídas, ou seja, não serem reconhecidas como tal por estarem associadas a fenômenos emocionais frequentemente agravados por fatores tais como: o álcool, a perda do emprego, problemas com os filhos, sofrimento ou morte de familiares e outras situações de crise. (Silva, Coelho & Caponi, 2007, p. 97).

A verdade é que a violência não obedece a regras sociais, cor, religião, classe ou gênero (Faleiros, 2007), nessa perspectiva outro tipo de violência que perpassa o cotidiano das pessoas em geral é a violência institucional, que geralmente surge em virtude de poder de ordens desiguais, isto é, abusos de autoridade e poder em um

contexto em que sempre há um subordinado, podendo ocorrer em qualquer setor da sociedade desde hospitais, escolas, universidades a instituições religiosas.

A Fiocruz (2013) aponta que a violência institucional pode ser descrita como:

É a que ocorre dentro das instituições por meio de regras, normas de funcionamento e relações burocráticas, reproduzindo as injustiças da estrutura social. Acontece quando são negados ou negligenciados e na forma como são oferecidos os serviços públicos ou privados sejam eles de saúde, de assistência social, de segurança pública ou mesmo nos bancos. Esse tipo de violência pode ocorrer também nas relações de trabalho, por exemplo, quando o profissional está submetido à extensa jornada, precárias condições laborais, baixa remuneração e pouco reconhecimento por parte dos gestores e dos usuários (Fiocruz, 2013, p. 7).

E de acordo com Faleiros (2007, p. 64) este tipo de violência “É especialmente grave porque é praticada por detentores autorizados de poder e/ou saber, contra pessoas em situação de especial fragilidade, impossibilitadas de defesa”.

Em uma sociedade edificada no patriarcado, machismo e relações de poder exacerbadas, a violência ocupa cada vez mais espaço, atuando como um mecanismo que retira o desejo do outro levando à “coisificação” da vítima (Brito, 2007, p. 68). Não obstante, a violência deve ser tratada como saúde pública, pois não compreende apenas traumas e lesões físicas, mas envolve também as dimensões psicológicas da vítima.

Entretanto, há uma evidente naturalização na forma de tratar a violência contra mulher, especialmente se esta violência for de cunho sexual. A naturalização consiste em normalizar as investidas e as queixas da mulher sobre as violências sofridas, o que nitidamente ferem sua dignidade e as desumanizam, ou seja, este contexto de objetificação da figura feminina leva a obstrução da liberdade de seu próprio corpo (Sommacal & Tagliari, 2017) sendo ainda, a mulher responsabilizada e culpabilizada pela agressão sofrida.

A culpabilização da vítima “objetiva justificar a motivação do crime por análise de sua conduta” (Sommacal & Tagliari, 2017, p. 255), ou seja, por meio do encargo dado à mulher, evita-se a penalidade ao agressor e favorece-se a invisibilidade da problemática em questão.

Mesmo que atualmente, haja atendimento especializado, bastante precário em grande parte do Brasil no caso de violência doméstica e de violência contra a mulher, fica evidente que este tipo de crime vem crescendo e se tornando cada vez mais cruel ao ponto de as agressões ocasionarem a morte da vítima. É válido ressaltar que estas situações não afetam apenas a mulher que a suporta, mas perpassa todo o seu contexto familiar.

Diante deste cenário de violência contra a mulher, principalmente na esfera privada, foi sancionada a Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Lei do Feminicídio). O feminicídio é o ápice da violência contra a figura feminina que corresponde ao assassinato de mulheres cometido por homens movidos por ódio, raiva, desprezo do sexo feminino, ou seja, é a morte da mulher por ser mulher (Messias, Carmo & Almeida, 2020; Roichman, 2020).

E após quase 15 anos de existência da Lei Maria da Penha, recentemente foi sancionada a Lei Nº 14.188/21, de 28 de julho de 2021 que modifica a modalidade de lesão corporal e define a criminalização da violência psicológica, contra a mulher uma conquista importante que se mostra preocupada com a saúde e integridade da mulher. Portanto, no Art. 147-B fica explícito as características de violência psicológica que são passíveis de penalização tais como manipulação, humilhação, chantagem entre outras importantes faces da violência.

Se tratando de violência, de acordo com Velasco et al. (2020) nos primeiros seis meses do ano de 2020 o Brasil teve um aumento de 2% no número de mulheres assassinadas, aproximadamente 631 mortes ocasionadas pela condição de gênero, para além disso, deve-se considerar o período pandêmico, o qual se tem vivido, em que os autores apontam que o isolamento prejudica ainda mais as mulheres em situação de vulnerabilidade, fazendo com que haja um grande número de subnotificação, isto é, as

organizações públicas ainda não se adaptaram à realidade de pandemia e isolamento social.

Ou seja, o feminicídio é o extremo ato de violência contra a mulher, considerando que houve aumento dos casos, adianta-se que os outros tipos de violência que assolam as mulheres também tenham aumentado.

Toda e qualquer violência causa danos a quem sofre, cujos impactos podem ser tanto físicos quanto emocionais e psicológicos. Diante disso, Casique e Furegato (2006), Giffin (1994) e Silva, Coelho e Caponi (2007) apontam como consequência da violência física: lesões, hematomas, contusões, fraturas, mudança brusca de peso, entre outras. Em decorrência da violência sexual: DSTs, gravidez indesejada, aborto, sangramento vaginal e, por fim, as violências de ordem emocional e psicológica são elencadas como: abuso de álcool e outras drogas, depressão, ansiedade, sentimento de culpa, medo, fobia, baixa autoestima, estresse, dentre outros fatores que antecedem e precedem a violência, que ainda podem resultar em crimes como homicídio ou suicídio por uma das partes.

É evidente que os índices de violência contra mulher têm crescido de forma generalizada na sociedade, em 2017, de acordo com Cerqueira et al. (2020), no Atlas da violência, ocorreram, aproximadamente, 13 assassinatos de mulheres por dia, chegando a ser registrado neste mesmo ano, 4.936 mortes, sendo que mais de 221 mil mulheres denunciaram as autoridades algum episódio de agressão.

Cerqueira et al., (2020), ainda apontam que:

Embora 2018 tenha apresentado uma tendência de redução da violência letal contra as mulheres na comparação com os anos mais recentes, ao se observar um período mais longo no tempo, é possível verificar um incremento nas taxas de homicídios de mulheres no Brasil e em diversas UFs. Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. (Cerqueira et al., 2020, p. 35).

Em complemento, Cerqueira et al., (2020) revelam o crescimento de mortes de mulheres em 8,3% dentro de casa. Estes dados revelam uma preocupação com a saúde integral da mulher em um sistema desigual que fornece pouca segurança a este público. A expansividade da violência se torna, a cada dia, um problema de grande amplitude, em que por diversas vezes, chega ao seu extremo, ou seja, ocasionando a morte de uma pessoa.

Considerando que a sociedade atual é permeada por uma história e uma cultura hierarquizada, onde a opressão à mulher é produto entre os aspectos históricos, sociais e culturais e resulta, conseqüentemente, na diminuição (ou ausência) do empoderamento, viabilizando a reprodução das desigualdades em vários cenários, violência é a expressão máxima da desigualdade, sendo nitidamente demonstrada como a expressão da violação dos direitos humanos. (Melo & Mental, 2013, p. 192).

Ou seja, a violência fere a integridade da mulher retirando sua autonomia e reforçando sua submissão frente à sociedade que foi construída baseando-se em um público majoritariamente masculino (Santos, 2008). A violência pode ser dolorosa, mas nem sempre é direta ou fácil de ser reconhecida, por vezes, ela se apresenta de forma discreta e silenciosa causando danos invisíveis e feridas difíceis de serem cicatrizadas. A violência pode ainda ser mais agressiva quando normalizada pela coletividade.

Como enfrentamento da violência e a dominação masculina, encontram-se os coletivos de mulheres que buscam promover empoderamento feminino. Por empoderamento feminino compreende-se (Meneghel, Farina & Ramão, 2005, p. 570).

O empoderamento significa um desafio para as relações de poder existentes; representa a expansão da liberdade de escolha e de atuação e o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afetam suas vidas. É um processo que pode ajudar na superação da desigualdade de gênero, sempre que as mulheres reconhecerem a ideologia sexista e entenderem que essa ideologia perpetua a discriminação em relação a elas (Meneghel, Farina & Ramão, 2005, p. 570).

Contudo, os grupos e minorias que socialmente são dominados são absolutamente capazes de construir espaços para além da opressão, isto é, espaço de resistência e de exercício da fala e também de poder. Portanto não só o empoderamento, mas também a resistência são as forças propulsoras para o enfrentamento dos sistemas de dominação.

Ao considerar o processo de empoderamento pauta-se em três processos importantes que se passa na esfera interpessoal, subjetiva e política, ou seja, o empoderamento pode ocorrer tanto na esfera individual, mas também ocorre em espaço coletivo.

Ao considerar a distribuição desigual de poder e de controle pelos grupos em nossa sociedade, o empowerment comunitário buscaria a reorganização desse arranjo. É um processo que parte do enfrentamento de fatores referentes à estrutura de poder presentes na esfera micro e macrossocial, o que conseqüentemente implica a redistribuição do poder. Ou seja, essa redistribuição é processo e resultado da promoção de empoderamento (Marinho & Gonçalves, 2016, p.81).

Portanto em dimensão individual o empoderamento está atrelado a tomada de consciência sobre possibilidades de si e em dimensão coletiva o empoderamento é entendido como educação política que transforma e modifica as relações sociais (Marinho & Gonçalves, 2016).

Para além, desse processo de empoderamento outro conceito muito importante, que ganha espaço e que transforma as estruturas da sociedade é a interseccionalidade que junto ao movimento de mulheres é fortalecedor e encorajador dos processos singulares e coletivos.

O conceito de interseccionalidade busca levar em conta as diferentes e múltiplas possibilidades de identidades e suas formas de constituição. A interseccionalidade contribui para o rompimento com a hierarquização das formas de opressão (Oliveira & Ferrari, 2018, p. 25).

Portanto quando se junta empoderamento e interseccionalidade pensa-se em estratégias de resistência que são palcos para refletir sobre subjetividades, identidades e ruptura das formas de organização social tradicional. Contudo, ao trabalhar com o conceito de interseccionalidade deve-se levar em consideração as experiências de como os indivíduos vão se constituindo nas regras e jogos sociais que são expostos, pois as formas de opressão, dominação e de exploração se potencializam ao serem atravessadas quando se objetificam o indivíduo (Silveira & Nardi, 2014).

Antes de mergulhar nas questões específicas que tratam este trabalho, parece pertinente apontar “o lugar de fala” (Santos, 2018, p. 2) da pesquisadora como reflexão e contribuição ao se pensar nos diferentes grupos que existem dentro do objeto de estudo.

Entretanto também se faz importante definir o que se compreende como lugar de fala, de acordo com Santos (2018) o conceito refere-se a condições específicas de cada grupo social que constituem as relações de poder perante a sociedade, ou seja, são as perspectivas que incluem organização de pensamento, escrita e até mesmo experiência de vida partindo de um lugar específico.

Diante desta tocante compreende-se um lugar específico da pesquisadora como situação de privilégio sendo estudante de universidade pública, jovem, assalariada ao passo que proveniente de família pobre de origem preta, homossexual e defensora dos direitos das mulheres, adolescentes e crianças. Portanto, fala-se de um lugar de experiência de vida com requintes de violência doméstica, familiar e institucional.

Inicialmente, tocada por histórias cruzadas de outras mulheres em situação de vulnerabilidade e discriminação social pode-se refletir em como os papéis são desempenhados em uma sociedade desigual causando sofrimento e danos, por vezes, permanente e irreparáveis na vida de uma mulher, como foi o caso que culminou nesta pesquisa acadêmica, partindo da vivência de uma amiga da pesquisadora que abandonou o sonho de diploma universitário após ter sido vítima de violência institucional na universidade.

Posteriormente a estas angústias e aflições, encontrou-se refúgio nos debates acadêmicos e grupos de mulheres que reivindicavam, a partir de uma ciência crítica acadêmica, uma nova perspectiva de gênero, de respeito e de autonomia feminina. O contato com outras alunas e mulheres que vivenciaram a violência das mais variadas formas, tornou-se interesse de estudo consolidando a temática da pesquisa, por meio da experiência pessoal da pesquisadora e enquanto acadêmica da Universidade Federal da Grande Dourados.

Contudo, durante o curso de mestrado buscou-se estudar sobre movimento de mulheres dentro de um coletivo e sobre a temática da violência, que instigou a pesquisar sobre as formas de violência no espaço universitário. Desta forma, o trabalho está organizado da seguinte forma, cada capítulo e subcapítulo aborda um conteúdo específico sobre a temática da violência.

Portanto, o capítulo 2 trata-se da Fundamentação teórica deste trabalho. Para esta escrita o trabalho foi subdividido em três subtítulos. No subtítulo 2.1: Trajetória da Mulher na universidade, apontando o ingresso das mulheres no ensino superior. No subtítulo, 2.2: Violência e universidade se ressaltam a discriminação e a violência sofrida por mulheres desde a sua recepção na entrada da faculdade com os trotes, apontando discussões pertinentes de autores sobre a violência dentro do contexto universitário que podem causar danos irreparáveis à mulher levando-a, até mesmo, em desistência da sua própria educação. No subtítulo, 2.3: Coletivos de mulheres no enfrentamento da violência, que evidencia a efetividade dos coletivos femininos no combate à violência contra a mulher, direcionando mulheres ao empoderamento de si e de suas conquistas. E para finalizar esta sessão no item 2.4: Violência contra a Mulher no Estado do Mato Grosso do Sul aponta-se para os dados que corroboram para que o estado seja um dos mais violentos para as mulheres apontando para suas raízes marcadas pela cultura machista.

Posterior à Fundamentação teórica, o capítulo 3 trata-se do Delineamento do estudo contendo os objetivos: geral e específicos, além do subtítulo 3.2 que contempla o método utilizado na realização deste trabalho composto pela caracterização das universidades em que o estudo sobre violência foi empreendido, bem como a

caracterização do coletivo do qual as participantes fazem parte. Posterior a esta descrição, aponta-se para a caracterização das participantes do estudo, instrumentos utilizados para a realização desta pesquisa e, para finalizar, o capítulo, descreve-se sobre os procedimentos de coleta, éticos e análise de dados.

No capítulo 4 encontram-se os Resultados e discussão, contendo a caracterização sociodemográfica das participantes exposta em uma tabela elaborada pela autora, apresenta-se também as categorias de análise criadas a partir dos dados evidenciados por esta pesquisa, bem como uma segunda tabela apontando para a relação entre as perguntas do roteiro da entrevista com as categorias centrais de análise, portanto, exploram-se neste capítulo, as seguintes categorias, Tipos de violência; Violação de direitos e por fim a categoria, Inferiorização da mulher.

Para encerrar a escrita deste trabalho, apresentam-se as considerações finais da pesquisa em que, ressalta-se a importância de apoio, acolhimento e proteção à mulher nos mais diversos lugares, dentre os quais a universidade, cujo acesso e permanência ainda são de caráter restritos e preconceituoso, seguido pelos itens pós-textuais, Referências, Apêndices e Anexo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica aponta-se para os aspectos relevantes da literatura sobre a trajetória da mulher na universidade, bem como as relações sobre violência e universidade, discorre-se ainda sobre os coletivos de mulheres no enfrentamento da violência e por fim apresenta-se o Estado de Mato Grosso do Sul (MS) e as universidades UFGD e UEMS, instituições de vínculo das participantes desta pesquisa.

2.1: Trajetória da Mulher na Universidade

A literatura aponta que quanto mais imerso nas bases educativas e do ensino, mais recursos pessoais seriam possíveis encontrar para o controle de impulsos agressivos, logo seria possível utilizar mais recursos para lidar com o meio hostil. Não era incomum no século XVIII encontrar homens acessando bibliotecas, escolas ou universidades. Mas a inserção e a presença da mulher nestes espaços eram completamente desnecessárias e incompatíveis com os seus afazeres, de acordo com as concepções que se tinha na época (Pereira & Favaro, 2018).

A fundação das primeiras universidades no mundo data da Idade Média. Mas a permissão para o ingresso de mulheres nessas instituições é bem mais recente. Mecanismos legais proibiam as mulheres de frequentarem cursos superiores. Suíça e França foram pioneiras na abolição dessa proibição em 1860. No Brasil, somente em 1879 as universidades foram autorizadas a receber mulheres como discentes (Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879 - Reforma Carlos Leôncio de Carvalho). Esse direito foi o resultado de anos de lutas sobre a ampliação do papel da mulher na sociedade. (Almeida, 2017, p. 382).

O conjunto de regras e valores da sociedade em séculos passados impediu que mulheres adentrassem no ensino superior e até mesmo no ensino básico, mulheres se dedicavam apenas a trabalhos artesanais e estudos religiosos para a educação dos filhos (Pereira & Favaro, 2018). Ou seja, a educação que recebiam era voltada para uma vida familiar e doméstica, pois o pensamento da época era de que as mulheres eram seres biologicamente mais fracos e menos inteligentes que os homens, isto é, não possuíam competência para um ensino ou trabalho intelectual.

Na Idade Média, as mulheres não tinham acesso à educação formal. A mulher pobre trabalhava duramente ao lado do marido e, como ele, permanecia analfabeta. As meninas nobres só aprendiam alguma coisa quando recebiam aulas em seu próprio castelo. Nesse caso, estudavam música, religião e rudimentos das artes liberais, além de aprender os trabalhos manuais femininos. Embora alguns teóricos fossem hostis à educação feminina, outros a estimulavam, por acharem que a mulher era a depositária dos valores da vida doméstica. Mesmo nesse caso, subentendia-se que essa formação se submeteria aos fins considerados maiores do casamento e da maternidade. (Aranha, 2006, p. 173).

Ainda na Idade Média, de acordo com Aranha (2006), a sociedade se fazia estática e hierarquizada sofrendo forte influência da igreja, com isso não se priorizava, nem mesmo se considerava importante, a educação para camponeses, bastassem que estes fossem cristãos. Diante da verdade religiosa, o que já não detinha tanto valor para a sociedade da época, passa a ser ainda mais facultativo, o máximo de educação que as mulheres receberiam, objetivava ler, escrever e interpretar documentos sagrados, apenas se estas fossem para os mosteiros e se consagrassem noivas de Cristo.

Na Idade Moderna, o que antes era inadmissível para a sociedade, começa a ter visibilidade, por meio dos movimentos e reivindicações das mulheres em relação, principalmente, à escolarização e à participação social começam a surgir, claramente com muitas críticas e desaprovações pela sociedade. Este período corresponde a mudanças nos pontos de vistas que existia, o que equivale em uma era de revolução de costumes, hábitos e valores, em que as pessoas começam a ter um pouco mais de

autonomia, buscando desenvolvimento, que, mesmo com a imposição de muitas barreiras, correspondem a importantes conquistas (Aranha, 2006; Almeida, 2017; Pereira & Favaro, 2018).

A partir de 1760 o problema educacional tanto feminino como masculino desperta o interesse dos meios mais esclarecidos. Uma vez admitida a necessidade de reformar a educação das mulheres, o debate se circunscreve, sobretudo, à questão do lugar onde o ensino deve ser ministrado: casa paterna ou instituição. O século XVIII prefere a educação na família, mas como uma boa educação na casa paterna só é possível em certos meios privilegiados, se faz necessário um sistema de educação pública. (Tosi, 1998, p. 378).

Com a expansão da modernidade, novos espaços são almejados e requeridos. Com isso, a tecnologia ganha muita força juntamente com a inovação e investimento na ciência, e, conseqüentemente, a educação passa a fazer parte destas inovações. No entanto, os avanços que ocorreram não contribuíram para a liberdade e autonomia das pessoas, pelo contrário, com a crescente expansão no setor de vida social e privada, a exploração sobre a população empobrecida e, principalmente, sobre as mulheres que precisariam manter a ordem da casa, uma vez que, os maridos ocupavam o mercado de trabalho, gerando capital financeiro para a família (Aranha, 2006; Bandeira, 2017a; Saffioti, 1976).

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o papel econômico da mulher lhe tirava posição social compensatória de sua submissão ao de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, indagar-se, não obstante sua incapacidade decisória, a

mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas. (Saffioti, 1976, p. 8).

Entretanto, as mulheres que eram de famílias abastadas continuavam nos ensinamentos domésticos com o objetivo de se tornarem boas esposas e mães. Porém, diante da constante expansão mundial a educação tem um papel fundamental na vida das pessoas que, outrora, não possuíam a escolha de frequentar ou não uma escola. Dessa forma, o discurso de escolarização se expande polarizando para a sociedade como um todo e não circunscrita apenas à camada social de maior aquisição financeira, com esta expansão não houve como não abranger a educação para o público feminino.

Aberta a discussão sobre liberdade individual e o papel da educação para alcançá-la, tornou-se quase inevitável tratar da formação feminina. Não exageremos, no entanto. A perspectiva dessa educação não via a mulher como pessoa autônoma, mas como apêndice em um mundo essencialmente masculino. (Aranha, 2006, p. 257).

Diante disso, passa-se a discorrer sobre o papel que a figura feminina passa a representar em um mundo prioritariamente masculino.

Discutir o papel da mulher no espaço público remete-nos à divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Logo, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de gênero contribuem e servem de base para as desigualdades sociais. (Santana, 2010, p. 72).

Frente a esta reflexão, pode-se perceber que as questões que ultrapassam a vida cotidiana das pessoas são separadas pelas questões de gênero, em que a problemática não é o papel da mulher em ser chefe de uma família, ou ser a dona de uma empresa, ou de um comércio, a problemática desta questão é em relação ao respeito que a figura feminina recebe de duas instâncias, a primeira trata-se de uma esfera privada como a família e a segunda, se refere à esfera social que esta mulher está inserida.

Diante disso, Rosa (2017) ressalta que,

Cabe lembrar que nas décadas subsequentes, a história mostra o complexo universo das indústrias, empresas, instituições públicas e sociedade, e toda burocracia e racionalidade que as envolveu no processo de desenvolvimento ao longo de seu histórico, e a mulher se faz presente na trajetória das fabricas e do mercado de trabalho. (Rosa, 2017, p. 4).

Historicamente, a sociedade aponta para diferenças entre o exercício do papel feminino e masculino, fazendo com que a figura da mulher seja sempre de uma pessoa frágil, incapaz, vulnerável e dependente (Cerqueira et al., 2015; Santana, 2010; Pereira & Favaro, 2018). Ou seja, as relações de gênero se iniciam a partir do momento em que há uma hierarquia e poder de homens sobre a subalternidade das mulheres. Reconhecendo assim, que toda esta vivência foi construída com base em uma história de dominação sobre este público.

Com relação à educação, este cenário de subalternidade e dominação, não é diferente. Entretanto, utilizando-se de forma breve e resumida, a trajetória da mulher ao longo dos séculos é esplêndida. Passando de uma educação em casa, garantindo os conceitos básicos de família, para uma pequena participação nas escolas primárias do século XIX, se consolidando até os dias atuais, em que a sua presença e participação é majoritária em todos os setores e níveis educacionais (Brasil, 2007).

A partir da análise das relações dos movimentos e das lideranças femininas, temos através do gênero feminino a luta constante pelos seus direitos, e a mulher no século XIX representa em seu tempo, as frentes de lutas operárias, a busca pelos direitos à cidadania e o direito ao voto, como forma de voz nas decisões políticas e sociais, com a capacidade de organização, e com imensa paciência, e resistência, um caminho longo em seu histórico, que prolongou-se nos Estados Unidos e Inglaterra por sete décadas, e no Brasil por quarenta anos, a contar da Constituinte do ano de 1891. (Rosa, 2017, p. 3).

Todo o contexto que envolve a educação e o acesso ao ensino superior por parte das mulheres está envolvido com questões sociais e econômicas, pensamentos, ideais e inversão de valores que vem se desarticulando por meio das lutas e das resistências

femininas, principalmente, no que tange às desigualdades sociais maciças que se vivencia na atualidade (Aranha, 2006; Rosa, 2017).

Nas pesquisas mais recentes, como aponta o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), há determinada prevalência de mulheres que alcançam a educação superior, o que nos mostra que este cenário vem se modificando paulatinamente.

2.2: Violência e Universidade

As mulheres foram conquistando seus desejos, sobretudo os políticos em pequena escala, pois a educação e o ingresso no ensino superior é um ato político que às mulheres eram negados até a atual publicação da Constituição de 1988 (Colling, 2020), ou seja, mesmo as mulheres tendo seu ingresso na educação superior anterior a este marco da constituição, esta carta anunciou a proibição de discriminação no ensino, isto é, todos os estudantes possuem os mesmos direitos, sendo iguais perante a lei.

Em relação ao cenário acadêmico, ainda que considerado um espaço para debates e discussões para todos os públicos, também é considerado como reprodutor de desigualdades, humilhações e violências para as mulheres, especialmente aquelas que apresentam uma condição maior de vulnerabilidade. Uma vez que, nem todos possuem acesso ou permanência ao ambiente universitário, apenas uma pequena parcela da camada social transita neste espaço.

O ensino superior brasileiro é marcado pela presença masculina desde a sua origem, contudo, este molde vem sendo desintensificado com a entrada de mulheres cada vez mais cedo no ensino. Portanto, realizar análise do processo de inserção da mulher no ensino superior faz-se fundamental, uma vez que, este acesso revela a ascensão social de um público que muito foi excluído possibilitando melhores cargos de trabalho, remuneração e em relação às questões de gênero proporciona apoderamento de funções que, historicamente, era atribuído apenas aos homens (Guedes, 2008).

Isto é, a presença de mulheres em espaços que antes eram predominantemente masculinos incomoda. Com isso, aponta-se como se dá o primeiro contato que todos os alunos têm com o mundo acadêmico iniciando-se no trote, que por diversas vezes, é constrangedor e humilhante para os calouros, mas para as mulheres o trote é mais que constrangedor, é violento.

A questão da violência contra mulheres e outros grupos sociais nas universidades brasileiras ganhou destaque quando práticas violentas nos chamados trotes começaram a ser denunciadas. Essas práticas violentas, interpretadas como brincadeiras, ferem a dignidade de grupos sociais, sobretudo de mulheres. (Maito & Severi, 2017, p. 4).

Os trotes podem ser entendidos como pequenos jogos de poder que tem por finalidade demarcar o início de uma nova fase, no entanto, podem causar danos a um público, que por herança histórica, já sofrem prejuízos e punições (Bandeira, 2017b; Maito & Severi, 2017).

As regras das “brincadeiras” presentes nos trotes apresentavam conteúdos que explicitavam, de modo simbólico e prático, poder e obediência. Por meio de falas e atos, sabia-se quem era quem e como deviam proceder os grupos no ambiente universitário, cada vez mais desigual e competitivo. Tratava-se de reforçar identidades de gênero e rotular aquelas que ali chegam. (Almeida, 2017, p. 389).

O trote não se trata de um jogo novo, pelo contrário, está presente na história das universidades cada vez mais permeado de vários tipos de violência contra os estudantes de modo geral e de forma específica, cruel para as mulheres. No ano de 2014 em uma universidade em São Paulo, as calouras foram obrigadas a se deitar de costas obedecendo as ordens de seus veteranos, deixando evidente partes específicas do corpo, servindo como instrumento de prazer para o público masculino (Bandeira, 2017b).

Em 2013 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma caloura é pintada de preto e coloca-se nela uma coleira juntamente com um cartaz com a escrita

“Caloura Chica da Silva” (Souza & Prates, 2015). No ano de 2012 uma estudante de 17 anos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi levada à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) após entrar em coma alcoólico durante o trote universitário, ela teria sido obrigada a ingerir diversos tipos de bebidas alcoólicas durante as brincadeiras (Chaves, 2013).

Ainda no sentido de mostrar formas de violências que ocorrem no ingresso à educação superior, aponta-se para outro caso de violência contra a mulher. Os veteranos do curso de agronomia da Universidade de Brasília (UNB), no ano de 2011, realizaram a “brincadeira” em que as mulheres ingressantes no curso, tiveram que lambar uma linguiça lambuzada com leite condensado costurada no zíper de um boneco de pano (Tavares, 2011).

Todas estas ações corroboram para que o cenário imposto à mulher seja de inferioridade, subordinação e violência que rebaixam, recriminam e as humilham. Apesar de inúmeros relatos de situações violentas nos trotes, esta discussão no Brasil ainda é muito frágil e ainda não foi possível reduzir ou erradicar as diversas formas violentas de receber os novos aspirantes ao ensino superior (Bandeira, 2017b).

Portanto, é possível compreender que somente o ingresso da mulher no ensino não é o bastante para que esta permaneça até a sua conclusão. Existem fatores importantes que podem levar à desistência desta estudante.

Com base nos dados do relatório executivo da Andifes (2019), existem três indicadores de violência que mais afligem os acadêmicos das universidades federais. Sendo elas: A violência física, sexual e psicológica, que podem ocorrer dentro do campus ou em suas extensões, como as situações de assédio sofridas pelas estudantes a caminho da universidade, como no transporte público.

No geral, a violência na universidade contra as mulheres está pautada em humilhações que evidenciam seu sexo biológico em que persistem violações sexuais, sendo que homens “ditos afeminados” também sofrem tanto quanto o público feminino,

ou seja, estes estudantes estão sujeitos à violência de gênero e violência sexual por demonstrarem fragilidade.

Contudo, de acordo com Bandeira (2017b, p. 68) “o mais assustador não é apenas o caso em si, mas a naturalização dele pelas instituições, que ignoram a violência sexual praticada dentro do ambiente universitário, a fim de preservarem sua imagem”.

Existem inúmeras sequelas resultantes dos trotes nas universidades brasileiras, o que torna este momento de ingresso uma verdadeira brutalidade e selvageria com os estudantes ocasionando em mortes, agressões, assédios, estupros dentre outras inúmeras tragédias que são transformadas em dados assustadores, porém, o que também se faz preocupante é o movimento cíclico e aliciador entre veteranos e calouros que perpetuam ao longo dos anos, ou seja, “quem sofreu violência ou bullying, depois passa a ser o autor dessa prática” (Bandeira, 2017b, p. 69).

É inegável a função transformadora que a universidade causa nos indivíduos e a sua importância na educação, como transmissora de conhecimento e como agente político de universalização (Almeida, 2017; Maito & Severi, 2017; Scavone et al., 2015), mas pensar no ambiente universitário como um espaço de interação entre direitos e educação, para as mulheres ainda se faz extremamente precário. É possível levantar os dados do percurso histórico que as mulheres enfrentaram, reivindicando novos papéis sociais que já estavam impostos, no entanto, como visto e exemplificado, a universidade ainda é palco de constante violação de direitos a iniciar pela desigualdade.

A desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro se recolocam constantemente e sob diversas formas, explícita e sub-repticiamente. Ainda que a Modernidade tenha oferecido, por intermédio da ciência, maior grau de previsibilidade e controle sobre a vida material no planeta, isso não foi acompanhado da mesma capacidade para estabelecer valores e atribuir sentidos à vida cotidiana na perspectiva dos direitos individuais e da justiça social. (Almeida, 2017, p. 386).

A desigualdade na educação é apontada por hooks (2013) como desmotivadora e ineficaz, considerando que é necessário constituir-se enquanto sujeito e ser reconhecido como tal, para que a educação possa fazer sentido e de fato, gerar produtos que agreguem na sociedade. Não obstante o espaço acadêmico, atualmente, é um local permeado por medos, incertezas e insegurança para a mulher, principalmente, pelos estereótipos machistas que ainda atravessam as mulheres como, por exemplo, de não ser inteligente o suficiente para se trabalhar com ciência.

O ambiente universitário, que deveria ser apenas de interação e educação, também é espaço de medo para a mulher. Locais e acessos mal iluminados, falta de segurança, exposição a comportamentos machistas e violência de gênero são fatores determinantes para essa situação. A violência pode vir de criminosos externos, mas não só deles. Colegas e professores, parceiros do cotidiano, podem ser protagonistas de violências que vão da desqualificação intelectual ao estupro. Essa percepção, muitas vezes, já gera a intimidação. (Scavone et al., 2015, p. 3).

Diante dos dados alarmantes de violência que atinge as mulheres se faz necessário um trabalho conjunto que possa minimizar esse quadro, pois esse é um dos principais elementos que afirmam o lugar de objeto e opressão das mulheres e que dificulta sua autonomia, o acesso a direitos e a possibilidade de investir na própria educação. (Cruz, 2017, p. 402).

A violência dentro do contexto universitário pode causar danos irreparáveis à mulher levando-a, até mesmo, a desistir da sua própria educação. Como foi o caso de uma estudante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 2015 (Bandeira, 2017b), que após ter sido vítima de estupro e recebendo repentinas ameaças de morte, se sentiu desencorajada e desacreditada e, assim, impedida de seguir sua trajetória acadêmica. Por tanto, para além da violência física e sexual a violência implica também na desestabilização da condição de ser mulher.

Há um falso imaginário de que nas universidades existem pessoas intelectualmente mais privilegiadas ou instruídas, logo não existiria violência contra mulher (Cruz, 2017). Entretanto, existe. É uma de suas consequências, além do

sofrimento psíquico, é o que se remete ao caso da estudante citada acima, o abandono da sua formação, ou seja, a mulher se torna novamente refém de um sistema que não garante a sua segurança. Outros fatores são apontados, que colaboram para a desistência de mulheres do ensino superior, tais como: “assédio sexual, violência sexual, agressão física, desqualificação intelectual, agressão moral/ psicológica”. (Cruz, 2017, p. 404).

As formas de violência de gênero na universidade têm especificidades, com grande presença de assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual. Os cenários também são diversos e incluem trotes, festas, clubes esportivos, salas de aula, viagens de trabalho de campo e repúblicas. (D’Oliveira, 2019, p. 2).

Definir ou comunicar um ato violento sofrido dentro da universidade não é uma tarefa simples, pois geralmente, trata-se de poder, autoridade e controle sobre alguém que aparentemente, tem menos “poder” para se defender. Entretanto, para enfrentar essas violências no interior das universidades a mobilização dos grupos de mulheres tem ganhado bastante evidência, principalmente, por proporcionar acolhimento às vítimas (Bandeira, 2017b).

É por meio da movimentação feminina dentro dos coletivos, das marchas, congressos e palestras que as violências que ocorrem dentro das universidades ganham visibilidade, ou seja, as violências contra as mulheres nas universidades nem sempre são expostas e solucionadas como deveriam, existe uma falta de monitoramento, política pública, além de política universitária que isenta a universidade de culpa e contribui para a manutenção das desigualdades (Maito et al., 2019).

Resistir ao descrédito e as suspeitas que as jovens vivenciam quando têm coragem de denunciar publicamente e exigir providências, tem sido outra forma de apoio dado pelos coletivos, uma vez que as denúncias são, na maioria das vezes, pré-julgadas, com a minimização dos fatos (Bandeira, 2017b, p. 70).

Diante disso, aponta-se para a importância das mobilizações de grupos de mulheres que visam o enfrentamento da violência por meio do empoderamento feminino, promovendo estratégias e buscando alternativas de lidar com o meio violento,

na intenção de oferecer um espaço de segurança para a mulher (Ferreira, 2019). Para, além disso, esses grupos servem de suporte para reivindicação de direitos em prol às mulheres.

As mulheres são, sem sombra de dúvida, sujeitos sociais que contribuem para o avanço da história. Os novos coletivos de mulheres se inscrevem no campo da política, fazendo frente à lógica do capital, questionando o peso do patriarcado na vida delas, lutando contra as desigualdades e a falta de equidade entre os gêneros. (Torres, 2020, p. 444).

Esses coletivos se apresentam como uma fonte de sentido para as mulheres que juntas buscam apoio emocional, almejam lugar de fala e que suas lutas sejam validadas (Torres, 2020) sendo um espaço sem julgamento, descolonizado e de livre adesão. Ainda assim, cabe à universidade se preparar com medidas preventivas e corretivas, a fim de fazer com que esse tipo de situação não mais ocorra.

2.3: Coletivos de mulheres no enfrentamento da violência

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2019) o Sistema Educacional Brasileiro não faz seleção de estudantes, ou seja, não possui discriminação de gênero no acesso à educação, apontando que nos anos iniciais a prevalência de meninas e meninos no ensino é equivalente, entretanto, na modalidade de ensino profissional, as mulheres alcançam a maioria das matrículas, porém a matrícula não é garantia de conclusão de curso e, por mais que exista uma prevalência maior de mulheres na rede de ensino superior, o mercado de trabalho ainda é preferencialmente masculino.

Desde os anos de 1970 quando se deu início aos movimentos feministas, as mulheres buscam reunir-se para debater diversas questões relacionadas aos direitos femininos, sobre os rompimentos de visões tradicionais que impunham às mulheres a submissão e que, geralmente, favorecem ao homem, além da busca constante por respeito e igualdade nas relações (Maria & Ozório, 2017).

Desse modo, as mulheres por meio das lutas, passam a ocupar novos lugares e a construir espaços propícios para as discussões e cooperações que possibilitam a manutenção de direitos conquistados e a busca por novos direitos que auxiliem ou assegurem as mulheres em suas necessidades (Saraiva, 2019). Com isso, uma das formas que se encontra na direção da emancipação feminina e rompimento das relações de poder, além do empoderamento feminino com vistas à história de outras mulheres, é nos chamados Coletivos.

Os coletivos são espaços de relações abertas para o público feminino em geral e não há regras para entrada ou permanência no grupo, assim como não é um espaço que possui hierarquia (Maria & Ozório, 2017). A participação de mulheres em coletivos dentro das universidades provoca mudanças estruturais na instituição, bem como, na organização social das participantes, visto que elas promovem ações e atividades dentro e fora do contexto universitário.

Ou seja, o lugar de fala destas mulheres dentro dos coletivos é de protagonistas de si mesmas, é, sobretudo, um lugar singular que desperta o diálogo, redes de apoio e empoderamento, além de promoverem ações coletivas que afetam os rumos da história. De acordo com Torres (2020), as mulheres que participam de coletivos,

São mulheres jovens, em sua maioria, que se aglutinam em coletivo para encontrar um sentido para suas vidas, uma comunidade emocional onde elas sejam compreendidas, onde tenham um lugar de fala e que suas falas sejam validadas na diversidade de suas culturas e expressão política. (Torres, 2020, p. 452).

É válido ressaltar que nem todos os coletivos seguem uma abordagem específica de feminismo ou teoria que fundamentam suas ações. Os coletivos são, portanto, organizações que possuem temáticas de lutas singulares como é a luta das mulheres contra a violência que é manifestada por meio de expressões artísticas, passeatas, mobilizações em redes sociais, ou seja, grupo de livre adesão que buscam expressar as suas subjetividades em prol de respeito às singularidades humanas (Maria & Ozório, 2017), dando visibilidade principalmente, às questões emergentes de violência contra a

mulher, criando e construindo forças para denunciar as relações violentas que as mulheres enfrentam no cotidiano.

Saraiva (2019, p. 105) aponta que “Os coletivos quebraram o silêncio que havia em torno da violência nesses espaços e delinearão para a sociedade a gravidade do problema, e como as denúncias que eram privadas passaram a ser públicas tornando visível o fenômeno”.

Para compreender a funcionalidade dos coletivos, faz-se necessário analisar os espaços onde estão situados, suas integrantes e histórias que são perpassadas pelas vivências das participantes, para além, das variadas demandas que cada mulher traz consigo. Neste sentido, busca-se valorizar os diálogos horizontais que o coletivo promove, proporcionando a produção de encontros e interações de saberes, histórias e direitos.

Os coletivos de mulheres têm sido utilizados desde os anos 1970 que datam o início do movimento feminista para tratar das temáticas que envolvem os questionamentos de gêneros. Gênero é um “constituente da identidade do sujeito” (Louro, 1997, p. 8), ou seja, a identidade de gênero se refere a uma construção social do sexo do indivíduo, englobando assim, os papéis e os valores que constituem um momento histórico de uma sociedade em particular, podendo ou não, envolver o sexo biológico da pessoa.

Na trajetória de todo o movimento feminista percebe-se que há uma luta crucial na busca de identidade feminina, principalmente, quando estas sofrem opressões, discriminações e preconceitos apenas pelo sexo biológico que a constituem (Meneghel et al., 2005). Pois, durante este percurso da vida feminina, acreditava-se que a função reprodutiva da mulher era a base, sobre a subordinação que estas eram acometidas, principalmente sob a perspectiva patriarcal.

Os grupos de mulheres são representações de estratégias coletivas de resistência, em que o coletivo não tem apenas um caráter político, mas possui também um ponto de apoio emocional, de reconhecimento e fortalecimento de uma postura crítica da mulher

frente à sua realidade cotidiana (Bandeira, 2017b; Meneghel et al., 2005). Estes grupos são fortalecidos por mulheres que buscam visibilidade para suas dores, resoluções para as opressões sofridas além de buscar o empoderamento para o maior número de mulheres na sociedade.

Por empoderamento feminino entende-se que “pode ser bastante potente para a concepção e avaliação de práticas que visem promover a autonomia e a superação de desigualdade de poder em que as mulheres se encontram” (Marinho & Gonçalves, 2016, p. 81). Isto é, o empoderamento feminino é o conceito utilizado para explicar a resistência da mulher frente às relações já estruturadas na sociedade, podendo utilizar-se de estratégias como debates, movimentos, mobilizações e grupos de apoio formados exclusivamente por mulheres.

As estratégias de resistência que as mulheres inventam e constroem no seu dia-a-dia significam, na realidade, estratégias de “empoderamento”. Entendido, o “empoderamento”, como as feministas o utilizaram, ou seja, é a contribuição para que a mudança nas relações entre homens e mulheres vá acompanhada de transformações na linguagem, refletindo novas construções e imaginários sociais. (Meneghel et al., 2005a, p. 112).

Por meio de grupos de empoderamento feminino, começa-se a pensar em estratégias de enfrentamento a várias adversidades que as mulheres são acometidas. Cabe ressaltar que o objetivo destas estratégias ou programas de intervenção, seja por intermédio de políticas ou grupos de mulheres, consiste em aumentar a independência, bem como a sua autonomia, fortalecendo seu discurso e aumentando seus recursos para o enfrentamento de circunstâncias violentas, ou seja, promovendo o empoderamento destas mulheres.

Os grupos representam um caminho para a construção de estratégias coletivas de resistência para as mulheres. O grupo é uma estrutura básica de trabalho e investigação, assim como uma instância de ancoragem do cotidiano. As forças interacionais internas dos grupos implicam sustentação e apoio socioemocional, no fortalecimento das interações emocionais, na comunicação aberta, no

compromisso e responsabilidade, na participação efetiva e na construção de uma individualidade crítica. (Meneghel et al., 2005, p. 114).

Em geral estes grupos que são prioritariamente femininos são grandes fortalecedores para esta população, mas principalmente, para aquelas que estão em situações de vulnerabilidade, pois são junto a estes coletivos que há um direcionamento para autonomia da mulher e conscientização sobre os seus direitos. Além disso, Marinho e Gonçalves (2016) apontam que,

Para que o empoderamento seja possível, não há fórmulas prontas e o processo será tanto mais efetivo quanto mais se valorizar a história pessoal. Portanto, a aproximação e a valorização das singularidades, e não a universalidade parecem abrir a possibilidade real de promover mudanças pessoais e sociais, o que apoia a reflexão sobre a necessidade de levarmos em conta a fragmentação das vivências das mulheres, e de seus interesses específicos, acolhendo a diferença e a multiplicidade. (Marinho & Gonçalves, 2016, p. 89).

Nas universidades o enfoque para o empoderamento feminino diz respeito às grandes imposições que as mulheres são submetidas no âmbito acadêmico, sendo que o objetivo dos grupos ou coletivo é o fortalecimento feminino por meio de estratégias que promovam a liberdade, a proteção e a segurança da mulher, fazendo com que as violências, por mais sutis que sejam no ambiente universitário, tenham visibilidade e recebam sua devida atenção.

Nas universidades brasileiras tem sido frequente a denúncia de assédios e estupros, em especial, a alunas. Coletivos feministas vêm sendo criados para acolher as vítimas, tirar os casos da invisibilidade, exigir providências dos/as gestores/as universitários/as e das autoridades policiais e jurídicas, bem como criar mecanismos de resistência e proteção às vítimas e calouras. Esses casos totalizam cifras numéricas expressivas e apresentam tramas sorrateiras de abusos e vários tipos de violência, que não só agridem as mulheres como as excluem do convívio universitário, impacta na evasão escolar e em suas carreiras profissionais. (Almeida, 2017, p. 386).

Levando em consideração a saúde das mulheres que, conseqüentemente, é abalada por meio de violência, preocupa-se com o apoio social que esta mulher recebe quando procura por ajuda dentro da universidade (Marinho & Gonçalves, 2016). O acúmulo de violações dos direitos das mulheres deveria ser o foco das preocupações públicas, entretanto, não é incomum que as denúncias não sejam efetivadas junto ao órgão competente.

Com isso, pensa-se na violência institucional como sendo uma forma de silenciamento da mulher que está inserida no ambiente universitário, visto que, em grande parte dos casos, não há um retorno direto a esta vítima.

A violência institucional de ordem jurídica ainda é uma realidade no Brasil. Ela se manifesta de diversas maneiras: 1) negação do delito (inexistência e não reconhecimento, não tipificação ou sua tipificação tardia ou ineficiente); 2) invisibilização (minimização da agressão e ou dano, interpretação errônea ou tendenciosa das causas do mesmo em solidariedade implícita com o agressor em termos de tergiversação involuntária); 3) encobrimento (desqualificação do relato da mulher com a conseguinte indução indireta ao silêncio, descuido ou tergiversação do relato na transcrição policial ou no expediente da denúncia, uso equívoco do vocabulário legal); e, 4) desproteção (falta ou escassez de casas de acolhida, proteção limitada ou tardia das vítimas, falta de políticas de prevenção ou de reversão de situações de violências). (Vergo, 2017, p. 52).

Neste sentido, até que a vítima de fato consiga relatar ou denunciar a violência sofrida, por inexperiência, incompetência ou até mesmo falta de interesse da instituição em resolver o caso, a mulher continua sofrendo com as violações dos seus direitos.

Desta forma que os grupos ou coletivos se tornam grandes aliados das mulheres, pois a vinculação, as trocas e as reflexões que estes promovem, fortalecem as intervenções na realidade da mulher em situação de violência (Hoepers & Tomanik, 2019). Estes grupos são responsáveis pelas inquietações produzidas na vida desta pessoa que começa a questionar suas vivências do cotidiano que, até então, eram vistas como naturais.

Com relação às questões de ordem social é natural que mulheres em situação de violência busquem o isolamento, pois os impactos destas circunstâncias podem ser de grande escala, atingindo sua saúde nas esferas emocional, psicológica, social, profissional e, também, sexual, ou seja, a violência sofrida pode afetar também a vivência desta mulher com a sua rede de apoio (Hoepers & Tomanik, 2019; Vergo, 2017).

Diante de violências passadas impunes dentro das universidades, houve um grande empoderamento feminino no que concerne aos grupos de mulheres que buscam auxiliar e ajudar outras mulheres em situações de violência como é o caso dos chamados coletivos femininos.

Coletivos, grupos e núcleos de pesquisas sobre etnia/raça, mulheres e gêneros que, historicamente, lutam na universidade por inserção, permanência e condições de estudo e trabalho para a população negra e mulheres nesses ambientes assumiram a tarefa de reivindicar o enfrentamento institucional da violência contra a mulher e do racismo. (Maito & Severi, 2017, p. 5).

Sabendo que a violência cresce a cada dia, é com o apoio destes grupos que debatem esta temática dentro da universidade, que muitas mulheres são encorajadas a denunciar casos de assédio, ameaças, entre outras violências que ocorrem nas dependências da instituição. Com isto, estes grupos ganham grande destaque, pois a partir das vinculações no coletivo, estas mulheres podem compartilhar, se articular, construir e desconstruir processos que são ditos como naturais, mas que na verdade são amarras deixadas por décadas passadas.

Portanto, a reflexão sobre o papel dos grupos em estados violentos como o cenário de Mato Grosso do Sul torna-se palco de grandes desafios, pois além de lidar com altos índices de violência as mulheres são constantemente desencorajadas a falar sobre as ocorrências de violência e conseqüentemente desencorajadas de realizar a denúncia contra o agressor.

2.4: Violência contra a Mulher no Estado do Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul (MS) de acordo com Bruno (2019) o feminicídio cresceu 14% em comparação ao ano de 2018, notou-se também um aumento nas tentativas de assassinatos que chegam a 109% tendo um salto significativo de 22 para 46 tentativas por dia.

De acordo com Roca, no mapa do feminicídio (2019)

No ano de 2019, em Mato Grosso do Sul, 30 mulheres foram vítimas de feminicídio. 98 sobreviveram para contar suas histórias. A cada mês, 130 mulheres registraram BO por estupro; A cada semana, 150 mulheres sofreram agressões físicas tipificadas como lesão corporal dolosa; A cada dia, 51 mulheres denunciaram terem sofrido algum tipo de violência doméstica; A cada hora, 2 mulheres foram vítimas de ameaça. (Roca, 2019, p. 3).

Estes dados colaboram para que o Estado receba a colocação de terceiro lugar no *ranking* dos estados com maiores índices de feminicídio em 2019. Dirigindo-se para dados mais recentes sobre a violência, Sanches (2020) aponta que o estado do MS é o 3º que mais recebe solicitações de socorro pelo 180, canal dedicado exclusivamente para o atendimento de mulheres em situações de perigo e violência.

Já em 2020 de acordo com o Relatório do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS, 2021) houve um aumento nos casos de feminicídios consumados em um valor de 44% e em relação às tentativas de feminicídios a porcentagem chega a alcançar um número ainda maior, sendo 56%. Nestes crimes os objetos utilizados para ocorrência são as facas sendo manuseadas em 47% dos casos, seguida por arma de fogo em 18% dos casos.

A história do MS é marcada por uma grande efervescência política, disputas territoriais, guerrilhas econômicas, multiplicidades culturais e também por movimentos sociais, não obstante na história do Estado, as representações de gênero concedem às mulheres os atributos da feminilidade e aos homens as percepções de valentia, virilidade e insensibilidade (Castro, 2017).

Assim sendo, aponta-se para as resistências em amparar a mulher neste Estado em relação às situações de violências.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha refletido uma grande conquista para as mulheres a legislação infraconstitucional ainda previa uma série de normas de discriminação. Inobstante essa realidade, o avanço legal promovido pelos movimentos feministas com a nova Constituição Federal, tornou-se o argumento jurídico para desqualificar a Lei n. 11.340/2006. (Silveira, 2020, p. 200).

Isto é, considerando que a Lei Maria da Penha (MP) não se faz necessária para o público feminino, negando as manifestações históricas de poder de ordens desiguais entre homens e mulheres. Entretanto, sabe-se que a Lei tem um papel muito importante no que se refere a questões de gênero. Em seu texto cabe uma discussão extremamente pertinente e importante, quando compreende no contexto doméstico a união homoafetiva de mulheres, que também corresponde a luta dos movimentos feministas, entretanto “O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foi uma das primeiras cortes de justiça do país a afirmar que a Lei Maria da Penha é inconstitucional” (Silveira, 2020, p. 200).

O Estado do Mato Grosso do Sul possui características fundamentadas na cultura machista e patriarcal, que cultiva e menospreza as mulheres em relação aos poderes do homem que socialmente é idealizado como o mantenedor e provedor da ordem nas casas e famílias (Vieira, 2020). Estas circunstâncias não auxiliam ou ajudam as mulheres nos momentos de romper estas relações e, arbitrariamente, favorecem aos homens reforçando os estereótipos femininos e a culpa da mulher no fracasso do relacionamento.

Após 14 anos da criação da Lei Maria da Penha, o contexto jurídico reconhece que a violência contra as mulheres extrapola a esfera do combate, ou seja, do cumprimento das normas legais, da responsabilização do agressor e da implantação das Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar (Vieira, 2020, p. 239).

De acordo com o Não se Cale (2020) site do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, 39 mulheres morreram vítimas de Femicídios no ano de 2020, sendo os autores dos crimes: maridos, companheiros, ex-companheiros, namorados entre outros que não se encaixam nessas rotulações. Estes dados alarmantes ilustram a problemática dessa grande e complexa realidade que a violência causa tendo seus índices, um aumento exponencial ano após ano.

Ainda no intuito de traçar características do Estado é imprescindível apontar que Mato Grosso do Sul acomoda a segunda maior população indígena do Brasil, possuindo uma grande concentração nas cidades de Dourados e Itaporã, porém há mais territórios indígenas espalhadas pela região Sul Mato-grossense (Povos Indígenas no Brasil Mirim, 2021).

Não obstante também há uma enorme luta das mulheres indígenas contra a violência e de acordo com Mondardo (2020, p. 15) “Todas essas lutas começam e terminam no próprio corpo das mulheres”, ou seja, assim como ocorre com grande parte das vítimas em situação de violência, as mulheres indígenas em alguns momentos também não denunciam por várias circunstâncias, medo, recurso financeiro, represálias entre outros receios. Segundo o Não se Cale (2020) no ano de 2019, das 30 vítimas de feminicídio no Estado, cinco foram mulheres indígenas.

É inegável que há “A urgência de se atuar contra todo o tipo de violência da qual a mulher é vítima” (Colling, 2020, p. 14). Contudo, a igualdade constitucional não elimina as discriminações que, ainda assim, ocorre no âmbito histórico e social que homens e mulheres vivenciam.

Não há um fator ou uma motivação específica que explique o fenômeno da violência contra a mulher ou um instrumento que possa avaliar o grau de risco que uma mulher pode estar vivenciando. Sabe-se apenas que mulheres sofrem e morrem a todo o momento nos mais diversos lugares, ocasionalmente são agredidas em espaço privado como seu próprio lar, eventualmente, são agredidas em lugares públicos como a universidade.

Estes são lugares que, por vezes, reafirmam o machismo e o quanto este pode causar danos irreparáveis à vida de alguém.

Com o intuito de situar o objeto de estudo que se localiza no Estado de Mato Grosso do Sul, apresentar-se-á o histórico e considerações das duas universidades de vínculo das participantes do estudo: a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), ambas localizadas na cidade de Dourados- MS.

Além de comportar duas grandes universidades públicas UFGD e UEMS, Dourados também recebe uma grande influência do agronegócio que movimenta boa parte da economia local, sendo o MS um grande exportador de soja e milho (Godoy, 2019).

A UFGD foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), estando localizada na cidade de Dourados (Portal UFGD, 2021) situada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul na região centro-oeste, cerca de 229 km da capital do Estado Campo Grande e 120 km da fronteira com o Paraguai e para além disso, Dourados também comporta uma grande população indígena, consistindo em três povos: Guarani, Terena e Kaiowá (Terras indígenas no Brasil, 2021).

Ainda como UFMS esta universidade iniciou sua trajetória com apenas sete cursos de graduação e em seu desenvolvimento e expansão, além de responder a demanda científica acadêmica, caminhou para a implantação da pós-graduação, correspondentes a Programas de Mestrado e Doutorado (Portal UFGD, 2021).

Em 2005 cria-se definitivamente a UFGD com a missão de política inclusiva, ofertando vagas para a população indígena, educação à distância e para a população de áreas rurais e assentamentos, comportando estudantes dos municípios vizinhos e também da população fronteiriça (Portal UFGD, 2021).

De acordo com a UFGD em números (2019), a instituição possui cerca de 7.804 alunos de graduação, sendo que estes são provenientes de inúmeros Estados do Brasil e

também do exterior. Em relação ao quadro de docentes existem 595 professores efetivos em que 39% são do estado de SP e 42 cursos de graduação.

Já a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), foi criada em 1979 e implantada em 1993, com objetivo de sanar as demandas de educação no Estado. Vale ressaltar que de acordo com Rosa, Casto e Queiroz (2020) esta universidade é a instituição superior de ensino que possui o maior percentual de alunos indígenas na região centro-oeste, correspondendo a sexta com maior presença de indígenas no País. Também foi a terceira Instituição de Ensino Superior (IES) a adotar o sistema de cotas para alunos negros, além de instituir no ano de 2020 a reserva de vagas para alunos ingressantes que são residentes do Estado e a primeira universidade a implantar o sistema de cotas para alunos indígenas (Cordeiro & Zarpelon, 2004).

A UEMS possui sua Sede na Cidade de Dourados e outras 15 unidades espalhadas pelo Estado e sete polos de ensino à distância. Desta forma, recebe alunos dos municípios próximos, além de estudantes de outros Estados e do exterior (Urue, 2020).

Tanto a UFGD como a UEMS, dividem o mesmo território geográfico, localizadas uma frente à outra, o que possibilita o encontro dos estudantes que ali circulam. Estes espaços são palcos de grandes pluralidades e diversidades, mas também são marcadores de grandes diferenças econômicas e sociais.

Os encontros dos acadêmicos são delimitados quando dividem o mesmo espaço de biblioteca acadêmica, centro de convivência, as lanchonetes das universidades, além do transporte público. Possibilitando conhecer quem são e estão na universidade, as divergências e convergências políticas dos estudantes, além da, união para algumas mobilizações acadêmicas como os eventos de: Dia C da ciência que englobam as duas universidades, o Enepex (Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão), além das ações específicas como as marchas de combate à violência contra as mulheres e a campanha contra o assédio nas universidades, de iniciativa dos coletivos de mulheres e dos diretórios centrais dos estudantes destas instituições (DCE, 2018).

3. DELINEAMENTO DO ESTUDO

A pesquisa constitui-se em um estudo qualitativo com base na análise nas respostas das entrevistas com mulheres de um coletivo feminino, inicialmente serão descritos os objetivos, seguido do método, com a caracterização das universidades, palco das violências descritas pelas participantes, bem como a funcionalidade do coletivo que estas participam.

3.1: Objetivos

3.1.1 Geral

Compreender o fenômeno da violência contra a mulher na universidade a partir da experiência de integrantes de um coletivo de empoderamento feminino.

3.1.2 Específicos

- Saber o motivo pelo qual as integrantes participam do coletivo;
- Identificar como as participantes definem e percebem a violência contra as mulheres;

- Saber se as participantes já vivenciaram algum tipo de violência institucional, inclusive na universidade, bem como, se existiu motivação para realizarem a denúncia.

3.2: Método

Trata-se de um estudo qualitativo com base na análise de conteúdo temática proposta por de Bardin (1977), sendo construída em uma perspectiva descritiva e exploratória dos resultados.

3.2.1: Caracterização do Coletivo

A criação deste coletivo se deu a partir de uma violência sofrida por uma das integrantes do coletivo em um dos polos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) localizada na cidade de Naviraí, interior do mesmo Estado. Esta vítima, por receio de maiores retaliações na universidade que frequentava, optou por se mudar de cidade e transferir seu curso para outro polo, visando livrar-se da perseguição do seu agressor.

A violência sofrida por esta estudante foi de cunho moral e psicológico, sendo assediada por inúmeras vezes por um professor do seu curso. Suas angústias se uniram com as de outras mulheres da nova instituição que também passavam por situações semelhantes, momento em que se originou a criação deste grupo, datando a formação do coletivo no ano de 2015.

O coletivo recebeu o nome de uma ex integrante após esta ser acometida por uma das violências de ordem destrutante e mais brutais por parte do seu então companheiro e pai de sua filha. Maiana Barbosa, negra, filha, esposa, mãe, estudante, capoeirista, 20 anos de idade, mulher. Almejava a educação superior, cursando a faculdade de história na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), integrante ativa do coletivo Empoderamento Feminino, havia dado à luz 30 dias antes do seu assassinato.

Maiana foi vítima de feminicídio no dia 25 de setembro de 2018, em que o seu companheiro foi acusado pelo crime (Dias, 2018). De acordo com a perícia, a vítima foi esfaqueada e o seu bebê apresentava sinais de afundamento de crânio. O instrumento utilizado neste ato de barbárie foi encontrado no local do crime. Mais uma mulher vítima de feminicídio no mundo.

Tanto a acadêmica da universidade de Naviraí, como Maiana foram vítimas de um sistema de proteção a mulher falho. Duas vítimas, duas mulheres, duas circunstâncias distintas, duas mulheres vítimas de violência, duas histórias que se cruzaram por meio de dor, sofrimento e perdas que acarretaram em marcas em todos os envolvidos destas histórias.

O Coletivo Empoderamento Feminino Maiana Barbosa é para as mulheres que frequentam as universidades e fazem parte deste grupo, um símbolo de resistência que demarca grandes dores, mas também muita luta em direção à proteção, cuidado e segurança da mulher dentro do campo universitário.

Este coletivo é composto por mulheres das universidades da região de Dourados-MS, e, também, mulheres não universitárias frequentam o grupo, pois se trata de um grupo aberto para quem quiser estudar, conhecer e se empoderar com as demais mulheres. O grupo é composto de pelo menos 25 mulheres, mas, aproximadamente 18 delas frequentavam assiduamente as reuniões e encontros do grupo antes do período de pandemia da COVID-19.

Antes do período pandêmico os encontros e reuniões do coletivo eram marcados via WhatsApp e aconteciam na casa das próprias participantes, funcionando no sistema de revezamento entre elas. As pautas das reuniões sempre eram previamente estabelecidas e registradas posteriormente, em uma espécie de ata do grupo.

As reuniões se pautavam inicialmente em estudos a respeito do feminismo e seus desdobramentos, bem como saúde coletiva e direito das mulheres, ao final dos encontros havia uma confraternização entre as participantes, momento de maior entrosamento entre elas, visando o fortalecimento dos vínculos. Este movimento de

partilha entre as mulheres garantia a aproximação destas com a vida íntima e pessoal uma das outras, criando uma rede de apoio para as mulheres mais fragilizadas que frequentavam o grupo.

Com o início da Pandemia causada pelo vírus da COVID-19, os encontros presenciais do grupo foram cancelados por tempo indeterminado, por questões de segurança das mulheres e de seus familiares. Sendo sugerido ao coletivo, encontros semanais por meio de plataformas on-line. Neste formato não haveria riscos à saúde das integrantes.

No entanto, não houve total adesão das participantes ao formato digital. Já no primeiro encontro agendado, houve participação de apenas nove integrantes. Sendo que, nos demais encontros, também houve baixa adesão, que se justifica principalmente, além de outras questões, por dificuldades de acesso à internet e recursos tecnológicos. Ainda no primeiro encontro, algumas mulheres relataram desconforto em falar frente à câmera, seja por timidez, ou por ter que discutir temas sugeridos pelo grupo na presença dos familiares.

3.2.2: Participantes

Participaram da pesquisa cinco mulheres de diferentes cursos de graduação de instituições públicas de ensino situadas no município de Dourados, MS. Mulheres com idade variando entre 18 e 30 anos que constituem o Coletivo Feminino Maiana Barbosa.

3.2.3: Instrumentos

O instrumento utilizado na pesquisa foi um roteiro de entrevista semiestruturada com aplicação individual, que foi construído especificamente para este fim, versando sobre o entendimento sobre violência, segurança em espaços públicos, denúncia em casos de violências entre outras questões (APÊNDICE A).

3.2.4: Procedimento de coleta, éticos e de análise de dados

Para a formalização da pesquisa, a pesquisadora frequentou algumas reuniões presenciais que o grupo realizava, com a finalidade de se apresentar e solicitar autorização para a realização da pesquisa, no entanto, no momento em que as mulheres se mostraram receptivas, e já com a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, logo se impôs o período de isolamento social, ou seja, foram suspensos os encontros presenciais, dado o risco eminente a saúde que a aglomeração poderia causar.

Frente ao estado de Pandemia, as entrevistas que antes estavam previstas para ocorrer no formato presencial, foram adaptadas para o formato virtual. Esta decisão precisou ser tomada diante da proximidade do prazo estabelecido para que ocorresse o exame de qualificação da pesquisadora.

O convite para a participação na pesquisa foi enviado a todas as participantes, contudo, considerando as dificuldades impostas pela necessidade das entrevistas precisarem ser realizadas na modalidade remota, apenas cinco integrantes aceitaram participar. Todas as entrevistas ocorreram em aproximadamente 20 a 30 minutos e, considerando problemas técnicos e de conexão, que, inclusive, impediram a extensão de algumas entrevistas, as mesmas ocorreram de formas distintas, sendo utilizados como recursos as plataformas Google Meet e WhatsApp (Vídeo e chamada de áudio).

Este projeto seguiu os protocolos e especificações exigidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sendo submetido para a análise e aprovado de acordo com as normas previstas para a realização de pesquisas com seres humanos, registrado sob o número CAAE 30572420.5.0000.5160 (ANEXO 1).

A coleta foi realizada mediante contato digital com a participante em data e horário previamente agendado. A pesquisadora se manteve em uma sala específica para garantir o sigilo das informações prestadas pela entrevistada e se colocou à disposição

para dirimir qualquer dúvida ou desconforto que as perguntas da entrevista pudessem ocasionar.

Os dados provenientes desta entrevista foram analisados a luz da análise de conteúdo temática de Bardin, sendo a análise de conteúdo uma técnica de análise de comunicações, que se propõe interpretar os dados coletados por intermédio de uma entrevista, conversa, imagem, panfleto, entre outras várias possibilidades que a análise de conteúdo abrange (Silva & Fossá, 2015). Neste estudo especificamente, a análise será feita com base nas respostas de entrevistas realizadas com mulheres, abordando a temática da violência.

A análise de conteúdo, atualmente, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais). Quanto à interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. (Silva & Fossá, 2015, p. 3).

Diante disso, na análise do material busca-se classificar as respostas em temas ou categorias para que assim, seja possível verificar e compreender de forma agrupada, os sentidos dos discursos.

Compreendendo este primeiro ciclo da pesquisa como um período de Pré-análise os primeiros materiais que surgiram por meio desta coleta foram guardados e registrados, para que fossem agrupados posteriormente, em sua devida categoria, seguindo os preceitos de leitura flutuante dos materiais, que consiste no primeiro contato com os documentos coletados, na sequência foi selecionando o corpo escrito da coleta, ou seja, os documentos que foram selecionados para o estudo e, a partir deste momento, formulou-se a primeira hipótese com a leitura dos dados obtidos e, por fim, nesta primeira etapa foi elencado um indicador a fim de realizar a interpretação do material (Bardin, 1977).

Em um segundo momento, realizou-se a exploração do material colhido que consiste na segunda fase da análise, em que foi realizado uma análise de todo o material selecionado para a pesquisa.

A exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. (Silva & Fossá, 2015, p. 4).

O recurso utilizado nesta pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Os temas deste estudo foram agrupados a fim de formar categorias, visando analisar e identificar o sentido das falas das entrevistadas.

A terceira fase desta análise compreende o tratamento dos dados obtidos, ou seja, a interpretação dos conteúdos que se apresentaram de forma latente ou manifesta nas falas das entrevistadas (Silva & Fossá, 2015).

Após as entrevistas terem passado por todas as etapas anteriores, as classificações das respostas originaram-se em três categorias principais, sendo elas:

1. **Tipos de violência:** Nesta categoria discutem-se as manifestações da violência nas falas das mulheres por meio de suas definições, isto é, as mulheres falam sobre violência a partir de definições que estão de acordo com o que preconiza a LMP;
2. **Violação de direitos:** Apontam-se nesta categoria para as falhas em sistemas de proteção à vítima de violência, principalmente, quando esta é relacionada à violência psicológica e sexual;
3. **Inferiorização da mulher:** Caracterizam-se nesta categoria as concepções machistas que predominam no Estado em que foi realizada a pesquisa, bem como os fatores existentes nas relações entre homens e mulheres na universidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão apresentados e discutidos os resultados obtidos para pesquisa, entretanto, julga-se necessário apontar como o grupo se dispôs com o cenário pandêmico que culminou no isolamento social de toda a população, em seguida, serão apresentados os dados sociodemográficos e as discussões das categorias.

Inicialmente, os encontros do coletivo que a pesquisadora pôde participar e observar, visando estabelecer familiaridade e vínculo com as integrantes, para formalizar a autorização para realizar a pesquisa, contava com a presença assídua de 15 a 18 participantes, que ao final de cada reunião, confraternizavam entre si. Esse momento de partilha era o que caracterizava o grupo como uma espécie de família, segundo as participantes, pois era neste momento em que suas angústias, encontravam acolamento na força de outras mulheres. Ou seja, para além da luta coletiva encampada pelas integrantes contra a violência na universidade, o coletivo também se configura como ponto de apoio emocional para estas mulheres, função dos coletivos, muito bem apontados por Ferreira (2019) e Torres (2020), que em geral, se pautam no apoio ao enfrentamento/empoderamento feminino, como um lugar afetivo, da livre expressão e descolonizado.

No entanto, com o início da Pandemia ocasionada pelo vírus da COVID-19, os encontros do grupo foram readequados para a modalidade remota, realizada por meio de uma plataforma on-line. Com isso, a participação de algumas integrantes do coletivo como, por exemplo, uma participante indígena, ficou inviabilizada por não ter acesso aos recursos tecnológicos.

Os temas tratados durante os encontros presenciais versavam sobre feminismo, empoderamento, saúde e direito da mulher na sociedade, temas que continuaram sendo abordados na modalidade remota, por meio de produção e divulgação de conteúdo nas redes sociais, o que permitiu que mulheres, para além das integrantes do Coletivo, entrassem em contato com os conteúdos discutidos e produzidos.

Mesmo que este Coletivo tenha surgido, também, por motivação de uma violência sofrida no âmbito universitário, agrega mulheres que também não estão diretamente ligadas à academia. Característica que está na base da constituição dos coletivos, como expõem Maria e Ozório (2017), em que os mesmos se configuram como espaços de relações abertas para o público feminino em geral, não havendo regras para entrada ou permanência no grupo, nem mesmo, relações hierárquicas entre os membros. Ou seja, a movimentação e luta do coletivo transcende a busca por mudanças estruturais na instituição, pensando especificamente o objeto de existência do coletivo, mas também se orienta para a organização social das participantes, visto que elas promovem ações e atividades dentro e fora do contexto universitário.

Neste sentido, ou seja, visando este apoio e organização social, que está na base do funcionamento dos coletivos, para além das postagens nas redes sociais sobre empoderamento e informação, as frequentadoras deste Coletivo utilizaram as mídias sociais do grupo para promoção e divulgação de produtos e trabalhos femininos. Estes trabalhos consistem em produtos manuais como confecções de artes em pinturas de tela e bordado, tapetes, comidas caseiras, produtos higiênicos e cosméticos, entre outras inúmeras fontes de renda provindas de trabalhos extras e informais das integrantes.

As postagens e mobilizações nas redes sociais se intercalaram com promoções, vendas, informações e militância do movimento feminista. Dado ao contexto de pandemia em 2020, as mulheres se organizaram em vários formatos digitais para levar informação à população, principalmente, sobre questões relacionadas à violência doméstica, cujos casos aumentaram expressivamente durante os meses iniciais de pandemia.

De acordo com Staliano, Abbati e Rosa (2020, p. 19) a frequência dos casos de violência contra mulher aumentou de forma significativa entre os meses de junho e agosto, sendo “registrados 404 e 422 B.O.s, respectivamente”, este período correspondem os três primeiros meses do período pandêmico. Já “O 5º mês destacou-se com o maior número de denúncias, chegando a 438 registros”.

Considerando este cenário e o aumento de casos de violência contra a mulher, as integrantes do Coletivo construíram panfletos on-line, com contatos telefônicos e locais que poderiam recorrer em caso de violência, produziram vídeos informativos sobre a temática, além das postagens diárias de frases de engajamento e empoderamento feminino, houve ainda a realização de *lives* informativas no mês de setembro, com a temática da visibilidade lésbica, e outubro, sobre saúde feminina, dado a comemoração do outubro rosa.

A utilização das redes sociais neste momento pelo coletivo se tornou uma forma de informar o maior número de pessoas sobre a situação de violência que as mulheres estivessem passando, além de encorajar a denúncia contra os agressores e, dessa forma, também oferecer suporte para a pessoa em situação de violência.

Entretanto, com o cenário de isolamento social involuntário, os índices de subnotificação de ocorrências também sofreram intensificações, visto que a permanência da mulher em tempo integral com o seu agressor, passa a inviabilizar a denúncia (Staliano, Abbati & Rosa, 2020). E desta maneira, por intermédio dos veículos midiáticos, o grupo vem se organizando durante a pandemia até que os encontros presenciais possam ser retomados.

4.1: Caracterização sociodemográfica das participantes

Neste tópico apresentar-se-ão os dados sociodemográficos das participantes da pesquisa, distribuídos na Tabela 1. Estes dados se referem a idade, profissão, nível de escolaridade e informação sobre ingresso no coletivo.

Tabela 1: Perfil Sociodemográfico das Participantes

Participante	Idade	Escolaridade/ curso/ profissão	Como conheceu o coletivo
P1	32 anos	Graduanda em Direito Profissão Fotógrafa.	Ação no parque dos Ypês, na cidade de Dourados.
P2	22 anos	Cursando Direito	Coletivo já existente da UEMS, conheceu pessoas que a levaram até o empoderamento feminino.
P3	27 anos	Psicóloga	Rede social Facebook.
P4	25 anos	Psicóloga	Por meio de uma amiga
P5	24 anos	Cursando psicologia	Pelas redes sociais.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

De forma geral as participantes da pesquisa são universitárias ou são mulheres que já possuem o ensino superior completo, elas estudam e trabalham nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas e conheceram o grupo por meio de outras mulheres, ações sociais ou redes sociais, com média de idade de 26 anos. Torres (2020) afirma que, em geral, as mulheres que compõem os coletivos são jovens, politizadas ou mesmo, motivadas para pensar ações ou estratégias que orientem para mudanças pontuais ou mesmo, estruturais na vida do público alvo que se direciona o coletivo, neste caso, as mulheres. São mulheres que unanimemente utilizam suas profissões e redes sociais para mobilizações, divulgações de redes de apoio e direitos não só das mulheres, mas para os mais diversos públicos que sofrem por suas fragilidades, ataques políticos, preconceitos e discriminações.

Elas são motivadas pelos discursos de igualdade e universalização de direitos e deveres e utilizam-se das suas vozes para alertar e comunicar falhas de proteção à saúde e direito feminino. É um grupo que está fortemente ativo em assembleias, palestras, eventos políticos e movimentações que dizem respeito a figura feminina.

Aponta-se para uma grande atuação do grupo pelas redes sociais, tendo um caráter importante dado ao alcance ao público, que pode estar à margem da sociedade acadêmica. Não obstante, compreende-se também uma maior concentração das mulheres das áreas das ciências humanas e aplicadas no coletivo, moção que abarca uma movimentação histórica de mulheres em busca da sua visibilidade, liberdade e autonomia.

Isto é, historicamente, as mulheres buscam o reconhecimento dado por suas profissões e desde o crescimento e a expansão da sociedade o público feminino almeja por autonomia dentro das aéreas equivalentes. Houve um período em que algumas ocupações eram chamadas de feminizadas, ou seja, agregavam as mulheres profissões de demandas altas e cansativas e pouco valorizadas, como “serviço social, enfermagem, letras e pedagogia” (Aguiar, 1997, p. 16). Enquanto aos homens cabiam as mais variadas profissões como a medicina, economia e investimentos.

Quando as ciências humanas e sociais começam a eclodir na sociedade estas reivindicam por melhorias incluindo as pessoas antes excluídas, formando grupos que reivindicavam por ideais em comuns (Porfirio, 2019). São correspondentes aos grupos que até hoje se mobilizam com mais frequência na sociedade.

É impossível determinar como um grupo ou movimento ou mobilizações funcionam, não há uma causa única para que estes realizem seus objetivos, é possível identificar algumas inquietações que pode se tornar coletivas e, assim, dar início a lutas em busca de melhorias (Porfirio, 2019) como é o caso das participantes deste coletivo, todas possuem angústias que se uniram para lutar por direitos e visibilidade de suas vozes.

Portanto, mediante a exploração dos dados, passou-se a investigar os elementos nas falas das participantes do estudo, a fim de apontar a questão problema da pesquisa. Sendo assim, serão utilizados neste capítulo trechos transcritos das entrevistas com as mulheres visando ilustrar de forma clara e objetiva as percepções que estas possuem sobre a temática da violência.

4.2: Categorias de análise

A partir da análise dos dados, foram elencadas três categorias centrais de análise, que são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Relação entre as perguntas do roteiro da entrevista com as categorias centrais de análise

Pergunta do Roteiro da Entrevista	Categoria Central de Análise
O que você entende por violência?	Tipos de Violência
Acredita que já sofreu algum tipo de violência por ser mulher?	
Já se sentiu amedrontada por algum homem em espaços públicos, incluindo a universidade?	
Se sente segura nos locais onde circula?	Violação de Direitos
Registrou alguma reclamação ou denúncia?	Inferiorização da mulher

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir do agrupamento e, em seguida, a classificação das perguntas em eixos temáticos, inicia-se a fase de análise do material na tentativa de relacionar teoria e o conteúdo das falas das mulheres. Desta forma, a primeira temática a ser abordada corresponde aos tipos de violência que foram evidentes nas respostas das integrantes do Coletivo, discutidos com base nos tipos de violência estabelecidos pela LMP.

4.2.1: Tipos de violência

Em linhas gerais, as participantes apontaram para os desdobramentos que caracterizam os tipos de violência, ou seja, descreveram a violência identificando o seu aspecto de ocorrência, como trata a LMP. As entrevistadas reconhecem os vários tipos existentes, entretanto, os que ficam mais evidentes no conteúdo das falas são as violências de ordem sexual, física e psicológica.

Pesquisadora: O que você entende por violência?

P1: [...] de forma geral tem a violência psicológica, de poder e hierarquia, a física, a sexual e muitas outras que a gente conhece.

P5 [...] entendo como violência atitudes contra si ou contra terceiros que causem prejuízos físicos, psicológicos [...].

A LMP (2006) tem por finalidade garantir a segurança e integridade da figura feminina, ela dispõe no Art. 2º sobre a preservação da saúde da mulher em seu aspecto biopsicossocial, assegurando-as dessa forma uma vida sem a violência.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Decreto Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Contudo, é possível identificar nas falas das mulheres os prejuízos atribuídos à violência sofrida, como também o seu impacto. Como resultado destes impactos tem-se a história de origem do coletivo feminino, quando a fundadora do coletivo precisa modificar toda a sua trajetória acadêmica e de vida, se mudando da sua cidade para fugir dos ataques, agressões e perseguições do seu professor.

Estas perturbações também são encontradas em registro da LMP, em que as mulheres deste estudo abordam em suas falas ao relatar os tipos de violência doméstica e familiar que pode ocorrer contra as mulheres, desta forma estão descritas na LMP: A violência Física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral.

No entanto, serão discutidas neste texto a violência física, psicológica e sexual, uma vez que, foram evidentes nas respostas das integrantes do Coletivo.

Compreende-se como violência física qualquer ato que ofenda a integridade da saúde corporal da mulher, podendo ser efetivado por meio de tapas, beliscões, chutes entre outras formas. A violência psicológica pode ser considerada como qualquer ato que interfira na saúde emocional, ou seja, atos que atingem as dimensões sociais, emocionais que degradam a saúde da mulher de forma lenta, sendo esta uma das mais difíceis de ser identificada pela vítima, pois pode surgir de maneira sutil (Decreto Lei nº 14.188/21) estas características recentemente foram sancionadas pela lei específica que versa sobre a violência psicológica. E por fim, a violência sexual que é toda investida de ordem sexual não consentida pela mulher que limite ou anule sua prática sexual (Decreto Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

De forma unânime, o discurso destas mulheres é perpassado pela violência e interpretado de diversas formas, para exemplificar esta afirmação, segue trecho da fala de uma participante: *P3: Violência é tudo aquilo que de alguma forma tira minha paz de espírito, seja em palavras ou de alguma outra forma que eu me sinta oprimida. Que define a violência por intermédio de sua vivência, construindo o argumento de que violência é tudo que remete a sua retirada de paz, destoando mesmo que brevemente da resposta do grupo, em que as mulheres descrevem a violência em termos mais formais.*

Embora este discurso possa parecer um tanto quanto simplista, é possível compreender de maneira clara que a violência introjetada nesta fala, é de ordem psicológica e, ainda que a participante não tenha dado uma definição mais formal sobre os tipos de violência, ela se apresenta impressa em sua existência, carregada de significado.

Portanto faz-se importante explorar o conceito de introjeção, com isso, seguindo os preceitos da psicanálise, introjeção pode ser compreendida, como um mecanismo de defesa que leva o indivíduo a idealizar e a se negar ao mesmo tempo, conflitos que tenha vivenciado, sendo passível de inseguranças e incertezas no decorrer do seu desenvolvimento psíquico (Vieira, 2017).

Portanto, a introjeção está diretamente ligada a identificação que a vítima faz com seu agressor além da culpa que se sente em relação aos acontecimentos que perpassam a sua vida (Cintra, 2018). Fato que fica evidenciado mais adiante, quando a mesma participante relata ter receio sobre realizar denúncia, bem como de morar sozinha. Estes são aspectos que influenciam diretamente na vida da mulher caracterizando o medo e a insegurança em seus mais variados aspectos.

Também apareceram nos relatos enquanto definidores de violência apontamentos sobre hierarquia e poder sobre a mulher, como é possível observar a seguir:

P4: Entendo, para além da violência física e explícita, como todo ato ou estrutura que submeta outra(s) pessoa(s) à inferiorização de alguma forma, seja ela por desigualdade de raça, gênero, sexualidade, classe, tudo que possa ter algum tipo de relação de poder implícita ou não e que cause algum dano psicológico, moral ou físico mesmo.

Essa ideia de poder sobre a figura feminina reporta aos estudos iniciais da medicina em que a representação que se tinha era de um ser biologicamente inferior aos homens (Colling, 2014; Minayo, 2006) que não era passível do sentimento de prazer, vontades e desejos, ou seja, a mulher precisava lidar com a dominação e subordinação a intentos que, em algumas vezes, poderiam ser alheios aos seus, não possuindo, em certos momentos, o poder de decisão sobre o seu próprio corpo, ficando submissa ao domínio masculino.

Para além da condição de dominação sexual, fica explícita no discurso desta participante a preocupação com uma relação de poder que, evidentemente, é uma

questão a ser considerada com alto grau de inquietação neste contexto, visto que o Estado de MS apresenta números alarmantes de violência contra mulher em suas mais variadas formas, ou seja, esta dominação passa por um cenário de desapropriação e descredibilidade da figura feminina. Staliano, Costa e Mondardo (2020) apontam que o estado é majoritariamente agrário e a cultura do patriarcado ainda se faz muito presente, estes costumes provenientes do patriarcado pautam-se no machismo que predomina a dominação e poder além da naturalização da violência contra mulher, ou seja, cultura que acredita que o homem se faz dono da mulher.

O Brasil de acordo com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS, 2021) é o quinto país que mais mata mulheres de formas violentas no mundo em “razão de gênero” (TJ-MS, 2021, p. 4), este dado por si só carrega uma série de medos e inseguras para a mulher na sociedade, somente pelo fato de ser mulher.

Contudo, o estado de Mato Grosso do Sul ocupou o terceiro lugar no *ranking* brasileiro, em 2019, por mortes violentas de mulheres (TJ-MS, 2021). Parte destes óbitos foi motivado pela ideia de perda de posse sobre a mulher, ou seja, essa perspectiva corrobora para que haja o silenciamento da voz feminina nos espaços por onde circulam, além de demonstrar que há representações desiguais no território sul-mato-grossense para homens e mulheres.

PI: Já passei por várias violências, o tempo todo e todo dia. Uma vez eu tava fotografando um casamento de uma família bem conservadora sabe, desses casamentos assim bem tradicionais [...] Ai um cara né, o pai da noiva falou assim, acaba logo com essas fotos senão eu tiro meu revólver aqui e acabo com tudo logo. Eram fazendeiros, então assim, eu fiquei bem nervosa, tive que parar pra tomar uma água e depois voltar [...].

É possível identificar nesta fala como o poder e a dominação podem ser investidos sob uma pessoa causando desorganizações e sentimentos incontrolláveis de estresse e medo. Em Mato Grosso do Sul só no ano de 2019 houve 30 mulheres mortas em razão de feminicídio, crimes bárbaros com faces o ódio e o desprezo pela figura feminina, por homens que, na maioria das vezes, não aceitavam o fim dos

relacionamentos com as companheiras, além de acreditar que eram donos destas mulheres (Araújo, 2019).

O Estado que é tomado por pequenos e grandes produtores, fazendeiros e população conservadora é um dos lugares mais difíceis de ser mulher, pois somente o empoderamento feminino não é suficiente para se livrar de homens com atitudes e ações pautadas no machismo e patriarcado, que consistem em inferiorizar a mulher e todas as suas práticas e convicções, exercendo cada vez mais poder sobre os corpos femininos (Godoy, 2019).

Neste cenário entende-se por poder e dominação sobre a mulher, o controle dos corpos que, em seu cerne, compreende uma série de abusos verbais, psicológicos, sexuais, emocionais, assédios, maternidade forçada, além da exteriorização sutil que podem surgir por meio de chantagem ou constrangimento, além da privação de direitos.

P4: [...] já sofri com muita violência internada em um hospital também, no qual havia um interno que sempre mexia comigo e me falava absurdos, em conversas com outras mulheres do hospital todas diziam passar por isso também, sem contar os comentários diários que tinha que escutar do tipo “delícia”, “gostosa” toda vez que nos cruzávamos no pátio [...].

De acordo com o estudo de Santos (2019), esse tipo de comentário que a participante recebeu é o que ele pontua de “Cantada Ofensiva” (p. 34) que é o comportamento mais frequente dos homens sobre as mulheres iniciando com termos que invadem a privacidade feminina, causando constrangimentos, sendo que esses comentários podem ser tanto pejorativos quanto discriminatórios. Contudo, para a sociedade este tipo de fala, é popularmente conhecida como “Cantada de Pedreiro”, ou seja, trata-se de uma violência que foi naturalizada e banalizada, para a população.

Sobre esta participante em específico, o fato relatado mostra claramente o intento da violência institucional que compreende todo ato cometido contra pessoas em situações de fragilidade e vulnerabilidade, deslegitimando seu exercício de cidadã que impossibilita a vítima do seu direito de defesa (Faleiros, 2007), ou seja, novamente foi

utilizado do poder de dominação masculina para obtenção de prazer, infringindo e violando os direitos desta mulher.

Com isso, tomam-se como fator de análise os espaços em que acontece a violência, ou seja, o encontro com a universidade demonstra ser violento e desmoralizante como é o caso dos trotes (Almeida, 2017; Maito & Saveri, 2017; Souza & Prates, 2015), entretanto, em outras instituições a violência pode estar mascarada de cuidado como é o caso dos hospitais, relatado pela participante 4.

Contudo, compreende-se que, o ponto comum destes lugares é a forma de poder exercida sobre as mulheres, dessa maneira é possível dizer que as formas de violentar são reinventadas a cada contato com a figura feminina.

Em consequência disso, evidenciar ou denunciar a violência acaba sendo uma tarefa extremamente difícil. Ademais, é possível observar por meio da fala das participantes, que a ação violenta não parte apenas de quem detém um poder hierárquico, mas refere-se ao poder concedido ao homem na sociedade, haja vista o caso da participante 2.

P2[...] fui presidente do centro acadêmico e o ex presidente não confiava de jeito nenhum em mim, ele permanecia nos grupos e nas reuniões, às vezes ele tomava a palavra, ele super me oprimia, e aí os professores apoiavam ele, acho que assim e por questão racial também. Mas nunca sofri racismo ou preconceito por parte dos professores.

Este caso aponta para o que o Colling (2020) chama de *Mainsplaning* sem tradução ao português, mas que pode ser entendido como o homem que explica tudo ou que traduz alguma coisa, sem que seja necessariamente solicitado, ou seja, é somente pelo fato de achar que é mais inteligente ou que é superior à mulher.

Ainda sobre esta questão, a violência pode ser entendida como uma herança do patriarcado, em que a mulher não possui voz para nenhum assunto considerado acadêmico e importante (Casique & Furegato, 2006; Colling, 2020; Melo & Mental, 2013; Santos, 2008).

Entende-se então que violência contra a mulher na universidade pode se manifestar de forma distinta nos diferentes espaços de trânsito e convivência das mesmas, em que preexistem relações hierárquicas, como na sala de aula, ou quando o poder se impõe pelo machismo, como em espaços com a presença apenas de acadêmicos, por exemplo: centros de convivência, restaurante universitário, reuniões de Centro Acadêmico, Associações das Atléticas entre outros, mas, mesmo a violência tendo suas características e faces bem explícitas, ainda se faz como um tema tabu.

Na pesquisa de Santos (2019, p. 22) sobre a violência contra universitárias, o autor aponta que, “Praticamente não há pesquisas acadêmico-científicas sobre o tema no Brasil, visto que não há um campo de pesquisa consolidado sobre esse tema, mesmo havendo violências concretas (d)enunciadas pelas vítimas de Norte ao Sul do País”.

Ou seja, não há uma grande preocupação para se tratar das violências dentro da universidade, pois do contrário, deveria haver mobilização para tentar erradicar tal ato. Portanto, passa-se a explorar o campo da sala de aula dos alunos com objetivo de identificar se há alguma espécie de violência que circula neste ambiente. E em sala de aula, a violência parece estar direcionada às investidas de superioridade do professor como relata a participante 2.

P2: [...] na sala de aula meu professor ele já discutiu comigo e deixava.... E acho que ele não gostava de mim eu perguntava as coisas ele não respondia fingia que não ouvia e não respondia. [...].

De acordo com a pesquisa levantada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 2021), intitulada de “Violência contra as mulheres na universidade” um dos grandes problemas relacionados à violência, está na naturalização dos ataques em sala de aula, para, além disso, existe uma grande preocupação na oficialização na denúncia, pois como a violência geralmente é cometida por um superior, como é o caso do professor, o registro está diretamente relacionado ao medo e à vergonha, além da limitação dos canais de auxílio à vítima.

A fala da Participante 2 revela como acontece a violência e o silenciamento da mulher em muitas ocasiões e, frequentemente, também ocorre em todas as relações em que as mulheres se encontram, não se resumindo apenas à universidade.

Como forma de tentar combater esse tipo de violência dentro da universidade o coletivo se organizava anterior à pandemia, por meio de mobilizações femininas no espaço acadêmico, e neste caso chama-se de femininas, pois é exclusivamente formado por mulheres. Estas mobilizações aconteciam por meio de vídeos informativos e cartazes espalhados estrategicamente nos ambientes em que havia maior circulação dos universitários, como nos pontos de ônibus e cantinas.

A tentativa de minimizar os impactos da violência para a mulher na universidade ocorre, pois os mesmos comportamentos vistos fora do mundo acadêmico representado pelo machismo e a então imposição masculina é reproduzida com frequência no interior da universidade, em que as estudantes são constantemente assediadas por também universitários que circulam o mesmo ambiente.

A situação de assédio é geradora de constrangimento, menosprezo e até mesmo humilhação para a vítima e a sua taxa de ocorrência é tão frequente quanto os índices de violência física e doméstica. Das reações que podem ser esperadas pelas vítimas destacam-se os comportamentos de isolamento, abuso de substâncias, ansiedade, insegurança, insônia (Andifes, 2019), ou seja, são comportamentos e ações que ultrapassam diretamente a vida cotidiana da mulher.

Em linhas gerais de análise, pode-se dizer que os comportamentos de violência destes acadêmicos são herança de um estado machista, conservador e tradicional se orienta em função da negativa feminina excedendo os limites e direitos das mulheres, os tipos mais frequente dos comportamentos agressivos expressam-se por meio de coerção, comentários pejorativos, discriminatórios, excludentes, além das situações de rebaixamento de aptidão intelectual, agressão moral e psicológica, impedir que um aluno dê sua opinião e, até mesmo, se negar a responder perguntas realizadas por alunos específicos (Andifes, 2019) como relata a participante 2.

Portanto, pode-se dizer que a raiz do problema relacionada à violência contra a mulher está completamente ligada à educação que possuem durante a infância, homens crescem com a percepção de que possuem mais direito e liberdade do que as mulheres e que, por isso, detêm diferentes valores na sociedade, desta forma podem tratá-las da forma que lhe convém e isso também inclui desmoralizar competências acadêmicas e intelectuais da mulher, ou seja, o mesmo comportamento agressivo que há fora da universidade, também ocorre em suas extensões em proporções que, por vezes, não chegam à agressão, mas que machucam tanto quanto os ataques físicos (Oliveira & Maito, 2016).

Até este momento foram discutidos sobre como o machismo influencia e causa inquietação na vida feminina, bem como a origem das violências contra a mulher, portanto seria relevante, e de suma importância, retomar as reflexões acerca da formação da sociedade no decorrer do seu desenvolvimento, tais como os autores (Aranha, 2006; Bandeira, 2017a; Berger, 2003; Messias, Carmo & Almeida, 2020) em que apontam, que não é incomum que existam características e práticas naturalizadas que diminuem e menosprezam o público feminino. Estes autores refletem em seus trabalhos como a mulher vem se constituindo no decorrer da sociedade e principalmente sobre os direitos que são negligenciados e que nem sempre são oportunizados a elas.

4.2.2: Violação de Direitos

No contexto universitário, as questões violentas podem ter suas raízes no contato inicial da mulher com o seu curso e seus colegas de classe, no entanto, a universidade precisa estar apta a realizar os devidos encaminhamentos para enfrentar estas violações do direito das mulheres.

Isto é, no dia a dia das mulheres na universidade, a discriminação, o preconceito e a violência de gênero as cercam por todos os lugares, sendo laboratórios, em pesquisas de campo, trotes, campeonatos, moradia estudantil entre outras inúmeras ações que as

mulheres realizam, perpassando o cotidiano das acadêmicas, professoras e todas as outras vozes femininas (Portal USP, 2017).

Levando em consideração a análise de todas as respostas sobre os tipos de violência, em que a violência aparece como uma violação de direitos notou-se que esse tema se prolonga no decorrer das demais respostas, surgindo novamente, quando se tratou sobre a segurança na universidade. Sobre este assunto, as participantes alegam se sentirem inseguras no *campus* dado as suas condições estruturais, mas apontam também que este sentimento está presente tanto na universidade quanto fora dela, quando se tratam de lugares vazios ou com pouca iluminação.

Pesquisadora: Se sente segura nos espaços onde circula?

P4: [...] muitas vezes andando pelo campus de noite eram momento até de pavor dependendo para onde você precisa se locomover, dependendo da iluminação na época e pouca movimentação.

P5: Não. Principalmente à noite, o campus é escuro e não existe vigilância o suficiente.

As falas destas participantes remetem à falta de iluminação como algo assustador e perigoso, expede a ideia de que os maiores problemas com relação à violência na universidade acontecem no período noturno, em que talvez exista pouco patrulhamento e a sensação de insegurança é predominante.

Sobre os aspectos que corroboram para a sensação de insegurança das universitárias, encontram-se as questões de precariedade no serviço de vigilância da universidade, não existe nenhuma espécie de controle de entrada e saída de pessoas nos prédios, assim como também não há a presença de câmeras pelos pátios. Como a UFGD e UEMS, estão localizadas em uma região mais afastada do centro da cidade de Dourados, existem passagens que são contempladas apenas por vegetação e plantações, cenário típico em que impera o agronegócio.

Para, além disso, os pontos de ônibus são distantes dos blocos de estudos e possuem pouca iluminação, também não há vigilância nos laboratórios, porém na biblioteca há placas de restrição de pessoas para alguns espaços.

Além das questões precárias das universidades que podem acompanhar o desempenho acadêmico do aluno, o relatório da Andifes (2019) revela importantes apontamentos que traçam o caminho dos universitários e, mais especificamente, as mulheres que estão ligadas “[...] *as variáveis falta de acesso a materiais didáticos fundamentais, trabalho, tempo de deslocamento para a universidade, maternidade e dificuldades financeiras* [...]” (Andifes, 2019, p.163), além das condições de saúde física e mental que são cruciais para a permanência e conclusão de cursos.

Uma das participantes se posiciona de modo distinto das demais sobre a insegurança no ambiente universitário. Em seu discurso fica evidente sua oposição à opressão das supostas autoridades no cenário acadêmico.

P2: No campus sim. Não me sinto insegura, nunca me senti ameaçada. Mas acho que é por que eu não tenho medo, por mais babacas que meus professores sejam.

Além da oposição nota-se nessa fala a resistência empoderadora que esta mulher precisa ter para que se consolide como acadêmica em uma universidade. A insuficiência de segurança para as mulheres dentro da universidade acarreta, em parte dos casos, a ausência de denúncia da violência, seja por medo da consequência ou por não haver credibilidade na realização da acusação.

É válido ressaltar que, nas instituições de ensino, os agentes responsáveis que precisam responder pela ocorrência de violência, são os coordenadores e diretores, que são as figuras de autoridade mais próximas dos alunos em suas faculdades/departamentos, que podem e devem auxiliar a mulher em situações de vulnerabilidade, como em casos de violência, encaminhando e amparando-as, entretanto, nem sempre estes gestores, de fato, exercem esta importante função e, por

vezes, acabam atuando de modo a perpetuar a violência principalmente, em casos de assédio.

P1: Não, não me sinto não. A gente sofre muito assédio o tempo todo, nossa to falando muito de assédio né? Mas, sim a gente sofre muito assédio em todo tempo.

Na fala desta participante o termo assédio foi recorrente, para tanto, parece pertinente conceituar esta palavra.

O assédio moral pode ser caracterizado por repetidas e frequentes condutas abusivas expressas por meio de escritas, palavras e gestos que visam agredir psicologicamente e fisicamente o indivíduo. (Nunes & Tolfo, 2013, p. 142).

Desta forma, cabe então a organização, a gestão, aos diretores e demais, a resolução e o combate deste problema na instituição. Ainda de acordo com Nunes e Tolfo (2013), o assédio pode ser considerado como uma violência sutil, principalmente, se isto ocorrer de forma verbal ou por expressão corporal, pois aumenta a dificuldade de coletar provas. Consequentemente, acarreta em dificuldades de denúncia, ou seja, todo o direito de proteção e cuidado que esta mulher deveria ter é negligenciada.

Ainda sobre a violência por meio do assédio, uma das participantes responde a uma das perguntas da seguinte forma:

P3: Assediada sim. Minha sala tinha quase 90 alunos, 85 eram mulheres. Prioritariamente mulher, mas os homens que tinham, sempre davam em cima de mim, independente, se fossem casados ou não, e a maioria da sala era de mulher [...].

Esta participante, em momentos futuros responde que não denunciou, pois não daria em nada e ela ainda sairia mal vista da situação, ou seja, até mesmo o direito de fala e denúncia para esta mulher foi retirado, refletindo completa negligência com a vítima.

Para, além disso, as mulheres são tratadas com baixa relevância quando efetuam as queixas, em alguns momentos não são sequer ouvidas e quando conseguem a fala são violentadas novamente seja pela não obtenção de respostas, ajuda ou pelo não acolhimento. Fazendo com que sua situação seja inferiorizada e menosprezada, favorecendo a perpetuação da situação de violência.

Ainda sobre a sensação de medo e insegurança na universidade, a participante 4 resgata uma situação com grande repercussão intra e extramuros universitários, que foi a violência sofrida por duas acadêmicas, realizada por um professor, no episódio da “ocupação da reitoria”, como é possível observar no seguinte trecho:

P4: Ah sim, [...] durante a ocupação que aconteceu na reitoria em 2016, quando houve o ataque e ameaças de um professor do curso de artes cênicas, atacou duas amigas minhas que também estavam na ocupação, pois não concordava com o movimento de ocupação, mesmo não me atacando diretamente, lembro de todas ficarem muito amedrontadas com a forma que aconteceu o episódio e, ainda mais, pelo professor continuar impune até hoje.

Tentando fazer um resgate de algumas informações para tentar contextualizar a informação apresentada pela participante da pesquisa. Sobre esta situação, o jornalista do site Campo Grande News, veicula uma reportagem sobre a ocupação e trecho indica a agressão sofrida pelas acadêmicas sem muitos detalhes.

[...] duas alunas teriam procurado a polícia para denunciar um professor da UFGD por agressão. Ele aparece em um vídeo gravado por uma estudante arrancando faixas dos manifestantes. Em seguida empurrou a universitária, que chegou a cair. (Freitas, 2016).

Na época, quando os estudantes desocuparam a reitoria, enviaram um documento com algumas pautas de reivindicações à reitoria, cujos itens tratavam sobre: 1) permanência e assistência estudantil; 2) democracia e participação; 3) infraestrutura e qualidade do ensino; 4) não criminalização do movimento. Sendo que o item quatro da

pauta reivindicava a “exoneração do professor pela agressão física cometida contra duas alunas”. (Portal UFGD, 2016).

Em resposta ao documento enviado pelo movimento de alunos “OCUPA UFGD”, sobre, especificamente, o item reivindicando a exoneração do professor, a resposta foi a seguinte:

Os processos para exoneração de servidor são norteadas pela LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. O processo administrativo disciplinar é um instrumento pelo qual a administração pública exerce seu poder-dever para apurar as infrações funcionais e aplicar penalidades aos seus agentes públicos e àqueles que possuem uma relação jurídica com a administração. O Processo Administrativo Disciplinar - PAD é o *instrumento* destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investida (Lei nº 8.112/1990, art. 148). O PAD não tem por finalidade apenas apurar a culpabilidade do servidor acusado de falta, mas, também, oferecer-lhe oportunidade de provar sua inocência, corolário do direito de ampla defesa (Lei nº 8.112/1990, art. 143). (Portal UFGD, 2016, s/p).

Logo, tornou-se público a manifestação/denúncia da agressão sofrida pelas alunas em duas instâncias, institucional (UFGD) e civil (delegacia), contudo, retomando o que a participante 4 informou quando as entrevistas foram realizadas, e por ausência de informação de natureza pública, posteriores às apresentadas, que possam revelar o desfecho do caso, reflete-se sobre a impunidade de tal evento violento, contribuindo para a resistência que algumas mulheres apresentam para realizarem a denúncia, ou seja, para a inferiorização da mulher.

4.2.3: Inferiorização da mulher

O fato de ser mulher em uma sociedade ainda baseada na perspectiva patriarcal faz com que muitos homens se sintam no direito de cometer atentados violentos contra a figura feminina. Neste momento, aponta-se para o medo que as mulheres podem sentir ao se deparar em uma situação vulnerável com um homem e como ocorre a interface da comunicação da violência na universidade.

Os dados da pesquisa apontam que apenas uma das participantes relatou ter efetuado a denúncia sobre a violência sofrida, ou seja, todas as participantes relataram ter vivido situações de violência, no entanto, apenas uma dela realizou a denúncia, e quatro afirmaram que não comunicaram a universidade ou a alguma outra autoridade, mas que recorriam aos amigos mais próximos e relataram as circunstâncias que vivenciaram.

Pesquisadora: Registrou alguma reclamação ou denúncia?

P1: Não, a gente conversava entre os grupos de meninas (...)

A denúncia da única participante em questão foi contra um professor da universidade, porém, mesmo depois desta acusação nada aconteceu com a pessoa responsável pelo ato violento, nenhuma punição da instituição, nem do curso que frequentava, ou seja, as denúncias foram engavetadas e a mulher não obteve respostas sobre a ocorrência. O professor permaneceu realizando suas atividades sem nenhuma espécie de pena ou encaminhamento formal sobre o ocorrido.

Pensando na violência introjetada abordada anteriormente compreende-se como os espaços educativos contribuem para desconstruir, revelar padrões de violência e até mesmo como estes contribuem para o ciclo da violência (Arreguy & Montes, 2019), pois ao reconhecer a fragilidade que outra pessoa apresenta, o professor tem total condições e afirmações para continuar tanto com a violência institucional como para

uma violência psicológica, e sem nenhuma consequência do seu comportamento permanece o ciclo vicioso de desqualificar os alunos.

O que leva a compreensão como fator de análise o enfraquecimento da fala da mulher neste espaço e, ainda, sua descredibilidade. O fato da denúncia não acarretar em nenhuma punição ao infrator, fragiliza as futuras denúncias de mulheres que poderiam passar por circunstâncias semelhantes (Amorim, 2018; Santos & Izumino, 2005). Outro fator que parece interferir na denúncia é justificado pelo medo da consequência da acusação, como evidenciado na fala de uma das participantes.

P3: Não. Porque não ia dar em nada eu ia me queimar a toa.

P5: [...] não realizei nenhum tipo de denúncia, entretanto levei o ocorrido para alguns colegas e, posteriormente, descobri que não foi o único ato de violência desta pessoa e que, inclusive, ele foi denunciado à coordenação do curso, mas não recebeu nenhum tipo de advertência.

Na resposta da participante 3, marca como a conduta da mulher, dependendo do seu estado socioemocional, pode ser prejudicial visto que é comum em situações em que ocorre uma denúncia e nada é realizado a respeito, que o autor da agressão se sobressaia ainda mais sobre as circunstâncias, por não temer a punição causando mais incômodo, constrangimento e perturbações diárias à vítima, ocasionando dessa forma sofrimento, angústia dentre outros sentimentos.

Contudo, ao pensar em violência contra a mulher e inferiorização, fala-se de um contexto interacional, ou seja, todas as partes se relacionam, seja na família, na relação conjugal ou na esfera social, a violência causa danos independentemente do segmento (Amorim, 2018; Araújo, 2019; Casique & Furegato, 2006; Faleiros, 2007; Giffin, 1994; Silva, Coelho & Caponi, 2007). Portanto, torna-se pertinente analisar o fator chamado de denúncia, como é possível observar nos relatos das mulheres.

A participante 1 denunciou a violência, por relacionar a denúncia ao suporte familiar que recebeu.

P1: Eu vivo denunciando violência, vivo denunciando. Começou com 9 anos fui abusada pelo meu padrasto e pra minha sorte minha mãe ficou do meu lado, a gente denunciou ele [...].

Em contrapartida, a P5, não realizou nenhum tipo de denúncia por lhe faltar o amparo da família.

P5: [...] até por fazer parte de uma família extremamente conservadora [...].

Portando, é evidente que a rede familiar, bem como de apoio, é extremamente importante para uma vítima, pois, para, além disso, encontram-se situações em que a mesma é penalizada em situações de violência, como ocorrido com P4.

P4: [...] eu fui expulsa do hospital e o cara continuou sendo tratado ileso [...].

Em todas as situações aponta-se para a negligência que as mulheres são submetidas rotineiramente, além do despreparo das instituições em lidar com casos em que há violências (Santos & Izumino, 2005) principalmente, a instituição responsável por manter a proteção da mulher como as delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM).

Contudo, o debate sobre a penalização da vítima marca um movimento histórico da luta das mulheres em que, concomitante à denúncia, viria o medo, a angústia, o desespero e, conseqüentemente, a desistência de denunciar, pois não haveria segurança suficiente para que pudesse finalizar este processo (Amorim, 2018). Ou seja, há um jogo de poder e superioridade sobre as mulheres que as impedem de se sentir seguras mesmo com a polícia ao lado, que são caracterizados pelo medo e o julgamento. Medo das conseqüências que uma denúncia acarreta e o julgamento que as pessoas fazem, buscando lacunas comportamentais das mulheres para justificarem as agressões e a violência.

P1: [...] a gente foi até a polícia e denunciou o caso, mas chegando lá pareciam que eles não estavam muito a fim de ajudar meio que banalizaram sabe, trataram com indiferença [...].

Ainda sobre a denúncia muitas alegações de violência contra a mulher, são passíveis de questionamento, como também são facilmente esquecidas pelas autoridades competentes, bem como, negligenciadas pelas mesmas instâncias competentes, ou seja, a teoria e a prática da seguridade da mulher apontam para o despreparo de quem recebe as denúncias nas delegacias, (Amorin, 2008; Castro, 2017; Santos & Izumino, 2005; Scavone et al., 2015) considerando que a proposição das DEMs consiste na postura dos técnicos na recepção de denúncias, de que sejam sensíveis para acolher as demandas, para que não desencoraje novas notificações.

O que de fato nos levanta um alarme em relação à violência não é o fato da ocorrência, mas sim a falta de resolução do problema (Geledés, 2014), portanto a violência na universidade não é apenas uma questão de política pública, mas também se caracteriza como política universitária. Sabendo-se que, por vezes, a universidade se omite na investigação e resolução destes problemas a premissa da instituição deveria consistir em construir e promover políticas e práticas de proteção à mulher, além do investimento na formação de todas as pessoas que constituírem o meio acadêmico.

Diante disso, percebe-se o descaso com a figura feminina e a repressão que estas mulheres vivenciam. Mesmo com o fortalecimento de todo o movimento de mulheres no decorrer dos anos para uma possível libertação da violência, muitos são os empecilhos e muitas barreiras jurídicas tiveram que ser e são questionadas. Com isso, busca-se entender em que medida a situação do cotidiano da mulher pode potencializar novos danos a estudantes, haja vista que o agressor permanece em seu ambiente exercendo sua profissão sem maiores desdobramentos.

Neste sentido, o coletivo de empoderamento feminino das universidades UFGD e UEMS realiza com as mulheres o que elas chamam de oficina de empoderamento, encorajando as mulheres a falarem sobre situações de violência que vivenciam além de, neste momento pandêmico, se disponibilizarem em chamadas de vídeo para acolher as que estão em situação de vulnerabilidade para que consigam falar de forma clara e aberta sobre suas inquietações, medos e ansiedades. Este tipo de prática realizada pelo Coletivo, que denominam como oficina de empoderamento, é bastante comum na literatura, como por exemplo, aponta Martins (2019), que podem se configurar em

intervenções oriundas: de coletivos, como evidenciado pelo presente estudo; de propostas de pesquisa; de instituições escolares, dentre outras.

Quando há a evidência de violência, estas mulheres se organizam para fortalecer a vítima a realizar a denúncia, e em outros casos se disponibilizam em ir até a delegacia caso a queixante necessite.

Com isto, é possível afirmar que algumas instituições não se preocupam em defender ou cuidar dos seus dependentes e permitem que circunstâncias violentas sejam instaladas em seus interiores. É, dessa forma, que se ressalta a importância dos coletivos no acolhimento e direcionamento da mulher em situação de violência (Maria & Ozório, 2017). Compreendendo ainda, que as consequências da violência podem se estender para toda a vida de uma pessoa e não apenas em seu ambiente acadêmico ou profissional.

Tais resultados se estendem a sentimentos como medo, insegurança, descrédito em si, sensação de derrota. E, quando isto ocorre no ambiente universitário, a desistência do curso superior é muito frequente (Martinigo Filho & Siqueira, 2008), ou seja, os obstáculos deixados pela violência são transpostos para as mais diversas áreas da vida da pessoa, ocasionando grandes perdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na linha analítica de violência contra mulher, é válido pensar que não há um fator ou uma causa determinante, mas que este fenômeno é multicausal e que acarreta em danos, por vezes, permanente na vida de uma pessoa.

Violência contra mulher não é um tema novo, porém se faz necessário pensar sobre todos os comportamentos que são adotados na sociedade, principalmente, os que refletem os pensamentos, valores e os papéis que são exercidos por homens e mulheres.

O cenário atual é composto por um grande aumento de casos de violência, o que evidencia um importante problema de saúde pública que afeta as mulheres das mais

variadas formas, abalando desde a sua integridade física aos aspectos psicológicos, além de constituir uma violação dos direitos humanos.

Não há dúvidas de que o feminismo, a luta das mulheres e o movimento de mulheres foram se expandindo no centro das organizações e conquistando direitos antes invisíveis. Portanto, diante da visibilidade destes movimentos, a resistência feminina foi se fortalecendo e dando segmento aos debates sobre violência contra mulher, demandando as autoridades competentes, políticas públicas específicas de apoio, proteção e prevenção à mulher, com o intuito de fazer com que, ao longo dos anos, a violência fosse coibida.

Entretanto, os dados desta pesquisa trazem a reflexão de que políticas de proteção não são suficientes para manter a segurança da mulher, uma vez que, para a proteção e prevenção da saúde, segurança e bem-estar da mulher são necessárias políticas que tratem especificamente de assuntos femininos e que não as negligenciem, mas que as autoridades estejam preparadas para atender e dar o suporte necessário para as vítimas.

Mesmo que o coletivo de empoderamento feminino preste auxílio e acolhimento para as mulheres dentro da universidade, é papel da instituição promover espaços seguros para este público, pois de acordo com esta pesquisa foi possível identificar que existem inúmeras lacunas do processo de segurança da mulher principalmente em sala de aula, que é o espaço em que as violências ocorrem de modo sutil e sagaz.

Ainda que as mulheres integrantes do coletivo tenham educação política e busquem por emancipação social com vistas ao encorajamento de outras mulheres, existe dentro da universidade um movimento de silenciamento da mulher que são observados por meio da ausência de repostas nas denúncias e pela falta de interesse da instituição em proporcionar melhoria na qualidade de atendimento a mulher vítima de violência.

Portanto, ressalta-se a necessidade de políticas públicas de proteção e acolhimento à mulher em situação de risco e vítima de violência que sejam, sobretudo,

humanas e que realmente as deixem seguras, especificamente no ambiente universitário, visando minimizar o sofrimento e os impactos que a mesma acarreta, além da tentativa de redução dos casos de feminicídio que ocorre de ordem estrutural por uma sociedade predominantemente machista.

Para além, das políticas públicas é necessário investimento contínuo na formação das pessoas com cunho igualitário que não seja permissiva para homens e punitivas a mulheres, o estudo aponta para a sociedade brasileira como sendo resistente à mudanças, especialmente, as que decorrem da tradição arraigada no machismo e patriarcado, um exemplo dessa afirmação são as violências passadas impune dentro dos lares, hospitais e universidades, lugares em que as mulheres deveriam se sentir acolhidas e protegidas.

Por isso há importância em investir na formação dos indivíduos fazendo com que não naturalizem violências em seus aspectos cotidianos, além de trabalhar contra a banalização e a ideia de inferioridade da figura feminina.

Os governantes e não só as universidades precisam criar estruturas e estratégias de proteção à mulher que identifiquem os crimes e que faça um acompanhamento dos casos de violência com profissionais especializados, preparados e que estejam comprometidos em trabalhar na redução de tais fatos.

As categorias de análise levantadas nesta pesquisa apontaram para a violação dos direitos das mulheres em todas as instâncias da sociedade profissional, familiar e amorosa, além de mostrar como a hierarquia de poder funciona dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, estado em que predomina o agronegócio e o machismo introjetado culturalmente pelos moradores que julgam e culpabilizam a mulher pela ocorrência da violência.

Sobre o coletivo de empoderamento feminino destaca que a tarefa do grupo parece consistir no amparo e promoção de bem-estar das mulheres, além de informá-las sobre os seus direitos e empoderá-las ao enfrentamento e combate à violência, sendo um

grande aliado das universidades se considerarmos que a instituição também é provedora de segurança para o público feminino.

Com isso é possível dizer que o coletivo é um espaço capaz de estimular o poder de empoderamento feminino, além de promover fomento político e social, expressas nas relações constituídas pelas participantes, causando transformação na estrutura política universitária. Dessa forma, as mudanças percebidas nas mulheres em suas vidas privadas e na esfera social, evidenciam o empoderamento que elas constroem em consonância com o grupo.

Contudo, ainda fica a cargo das universidades a criação de políticas que promovam a igualdade nas relações acadêmicas, além da erradicação da violência no contexto universitário. Conclui-se ainda que a universidade não deva se ausentar das condições de violência que as mulheres vivenciam em suas dependências.

Espera-se que ao término desta pesquisa, surjam novos campos e olhares para a violência sofrida por mulheres dentro e fora da universidade possa ser estudada com mais afinco e que medidas de segurança e zelo pela vida feminina possa ser sempre o foco de debates e discussões produtivas. Espera-se ainda que o estudo possa contribuir com novas perspectivas de pesquisa para a universidade.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, N. (1997). Gênero e Ciências Humanas: Desafio as ciências desde a perspectiva das mulheres. *Rosa dos Tempos*. 5(1), 1-186.
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In S. Oliveira, C. Portela, E. Silva, C. Stevens, & V. Zanello (Orgs.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades*. (pp. 382-399). Technopolitik.
- Amorim, M. S. (2018). *Despenalização e Penalização da violência contra a mulher brasileira*. *Direito Penal e Processual Penal*. 22(1), 111-128.

- Andifes. (2019). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*. Uberlândia, 1-158. Recuperado em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>.
- Aranha, M. L. A. (2006). *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna.
- Araújo, K. (2019). *Machismo torturou e matou em MS, o 5º estado com mais violência contra a mulher*. Recuperado em: [://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/machismo-torturou-e-matou-em-ms-o-5o-estado-com-mais-violencia-contra-a-mulher](http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/machismo-torturou-e-matou-em-ms-o-5o-estado-com-mais-violencia-contra-a-mulher)
- Arreguy, M. E., & Montes, F.F (2019). Ferenczi e a educação: desconstruindo a violência desmentida. *Estilos da clínica*, 24 (2), 246-261.
- Bandeira, L. M. (2017a). Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In S. Oliveira, C. Portela, E. Silva, C. Stevens, & V. Zanello (Orgs.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 14-35). Technopolitik.
- Bandeira, L. M. (2017b). Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *Revista Gênero*, 17(2), 49-79.
- Bardin. L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70.
- Berger, S. M. D. (2003). *Violência sexual contra mulheres: entre a (in)visibilidade e a banalização*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz. <https://pesquisa.bvsalud.org/fiocruz/resource/pt/bvs-449>.
- Brasil. Ministério da educação. (2007). *Diversidade, a trajetória da mulher na educação brasileira*. Brasília- MEC.
- Brito, B. R. P. (2007). *Violência e solidão: territórios dominados por mulheres negras*. In S. R. Taquette (Org). *Violência contra mulher adolescente/jovem* (pp. 67-72). Ed.UERJ.
- Bruno, B. (2019). *Basta de violência! Femicídio cresce em MS e deixa sequelas na sociedade*. Portal do Governo de Mato Grosso do Sul. Recuperado em: <http://www.ms.gov.br/basta-de-violencia-femicidio-cresce-em-ms-e-deixa-sequelas-na-sociedade/>.
- Cintra, E. M. U. (2018). Introjeção, incorporação e identificação com o agressor: considerações a partir de Sándor Ferenczi. *Ide*. 40(66), p. 81-98.
- Freitas, H. (2016). *Invasão de prédio da UFGD entra no 5º dia e universitários pedem donativos*. Campo Grande News. Acesso em 07 de agosto de 2021. Recuperado em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/invasao-de-predio-da-ufgd-entra-no-5o-dia-e-universitarios-pedem-donativos>.

- Casique, C. L., & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6), 950-956.
- Castro, A. L. C. (2017). Just Like a Woman. In: Farias, M. F. L; Costa, A. L; Vieira, L. B. (orgs.). *Mulheres na história de Mato Grosso do Sul*. (pp. 9-30). Dourados, MS: Editora UFGD.
- Cerqueira, D. et al. Atlas da Violência (2015). *Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha* - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão – Brasília.
- Cerqueira, D. et al. Atlas da Violência (2020). *Violência contra a mulher*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Relatório Institucional – Brasília.
- Colling, A. M. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais a construção do corpo feminino na história*. Editora UFGD.
- Colling, A. M. (2020). Violência contra as mulheres: herança cruel do patriarcado. *Revista Diversidade e Educação*. Rio Grande: FURG. 8 (1), 171-194.
- Cordeiro, M. J. J. A., & Zarpelon, S. F. (2004). Indígenas cotistas da UEMS: acesso, permanência e evasão dos primeiros ingressantes em 2004. *Educação e Fronteira*. 1(1), 65-79.
- Chaves, B. (2013) *MPF recomenda fim de trotes universitários em MS*. Acesso em 30 de maio de 2021. Recuperado em: <https://www.capitalnews.com.br/geral/mpf-recomenda-fim-de-trotes-universitarios-em-ms/242394>
- Cruz, M. P. (2017). O enfrentamento da violência no ambiente universitário: Uma experiência na Universidade Federal do Acre. In S. Oliveira, C. Portela, E. Silva, C. Stevens, e V. Zanello (Orgs.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 400-411). Technopolitik.
- D'Oliveira, A. F. (2019). Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. *Interface*, 23(1), 1-5.
- Decreto Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm
- Decreto Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015*. Dispõe sobre a Lei do Feminicídio. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm
- Decreto Lei nº14.188/21, de 28 de julho de 2021*. Dispõe sobre a Lei da Violência Psicológica. Recuperado em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.188-de-28-de-julho-de-2021-334902612>

- DCE. Diretório Central dos Estudantes da UFGD (2018). *Campanha Contra o Assédio nas Universidades*. Acesso em 23 de maio de 2021. Recuperado em: <https://dceufgd.org/2018/10/12/campanha-contra-o-assedio-nas-universidades/>
- Dias, F. (2018). *Corpos de Maiana e da filha de 1 mês de idade foram encontrados com perfurações no pescoço, diz polícia*. Recuperado em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/11/26/jovem-de-ms-foi-morta-pelo-marido-com-facada-no-pescoco-e-filha-de-1-mes-com-pancada-na-cabeca-diz-policia.ghtml>
- Faleiros, E. (2007). Violência de gênero. In S. R. Taquette (Org). *Violência contra mulher adolescente/jovem* (pp. 61-65). Ed. UERJ.
- Ferreira, A. (2019) *Mulheres criam grupo de apoio para vítimas de violência doméstica*. Observatório do terceiro setor. Acesso em 10 de maio de 2021. Recuperado em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/mulheres-criam-grupo-de-apoio-para-vitimas-de-violencia-domestica/>
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Ministério da saúde, Brasil (2013). *Violência, orientações para profissionais da atenção básica de saúde*. Rio de Janeiro, caderno 3. 1-40. Acesso em 04 de maio de 2021. Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_469588428.pdf
- Geledés. Instituto da Mulher Negra (2014). *Violência contra mulher e a omissão das universidades brasileiras (Portal Geledés)*. Acesso em 01 de agosto de 2021. Recupero em: https://www.geledes.org.br/violencia-contra-mulher-e-omissao-das-universidades-brasileiras/?gclid=CjwKCAjwiLGGBhAqEiwAgq3q_huDXax8FZEAYNd5Vfj9JGWXq215sPPpqQEsFCd61ceXDKW0JcYBSRoC6LIQAvD_BwE
- Giffin, K. (1994). Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (1), 146-155.
- Godoy, J. P. (2019). *Agronegócio é o propulsor socioeconômico de Mato Grosso do Sul*. Acesso em 09 de maio de 2021. Recuperado em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/mais-agro-ms/noticia/2019/10/14/agronegocio-e-o-propulsor-socioeconomico-de-mato-grosso-do-sul.ghtml>.
- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Não se Cale (2020). *Casos de Femicídio consumado mês a mês no ano de 2020 no Mato Grosso do Sul*. Acesso em: 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/dados-ms/>
- Guedes, M. C. (2008). A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *Hist. Cienc. Saude-Manguinhos*. Rio de Janeiro. 15(1) p. 117- 132.
- Hoepers, A. L., & Tomanik, E. A (2019). (Co) construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. *Psicologia e Sociedade*, 31(1),1-16.

- Hooks, B. (2013). *Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade*. Editora Martins Fontes.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020). *Educação profissional cresce em 2019 e alcança 1,9 milhão de matriculados; mulheres são maioria*. Acesso em 23 de maio de 2021. Recuperado em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/educacao-profissional-cresce-em-2019-e-alcanca-19-milhao-de-matriculados-mulheres-sao-maioria>.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). *Mulheres são a maioria na Educação Superior brasileira*. Acesso em 07 de agosto de 2021. Recuperado em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206.
- Louro, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Maito, D. C. et al. (2019). A universidade como reflexo e agente transformador da sociedade: a contradição movendo a história. *Rev. Interface*, Botucatu. 23:1, 1-5.
- Maito, D. C., & Severi, F. C. (2017). *Violência e discriminação de gênero na universidade e acesso a justiça para mulheres*. Anais do Congresso Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503884762_ARQUIVO_Fazendo-genero.pdf.
- Maria, E. A., & Ozório, C. D. (2017). *O papel do coletivo das mulheres na formação das universitárias da PUC-Rio*. Anais do Congresso Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499462054_ARQUIVO_OpapeldocoletivodasmulheresnaformacaodasuniversitariasdaPUC-Rio\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499462054_ARQUIVO_OpapeldocoletivodasmulheresnaformacaodasuniversitariasdaPUC-Rio(2).pdf). Acesso em 10 de julho de 2021.
- Marinho, P. A. S., & Gonçalves, H. S. (2016). Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista Estudos Sociais*, 56, 80-90.
- Martins, L. G. S. *Sororidade na educação: uma experiência com oficina de empoderamento feminino*. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.979>
- Melo, K. M. M., & Mental, S. A. (2013). Rompendo com o silêncio: a mulher em situação de violência doméstica e a caracterização de um serviço que compõe a “rota crítica”. *Caderno Espaço Feminino*, 26(1), 190-206.

- Meneghel, S. N. et al. (2005). Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 111-118.
- Meneghel, S. N., Farina, O., & Ramão, S. R. (2005). Histórias de Resistência de Mulheres Negras. *Estudos feministas*. Florianópolis 13(1), p. 567- 583.
- Messias, E. R., & Carmo, V. M; Almeida, V. M. (2020) Femicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, 28 (1), p. 1-14.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.
- Mondardo. M. (2020). O corpo das mulheres indígenas frente às violências e violações na América Latina: o território como r-existência e como corpo-território. In P. Staliano, & M. Mondardo (Orgs). *Violência Gênero, Saúde e Fronteiras: diálogos interdisciplinares*. (pp. 10-26). Editora Brazil Publishing.
- Martinigo Filho, A., & Siqueira, M. V. S. (2008). Assédio moral e gestão de pessoas: uma análise do assédio moral nas organizações e o papel da área de gestão de pessoas. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(5), 11-34.
- Motta, D. (2020) A contribuição de Heleieth Saffioti para a análise do Brasil. Gênero importa para a formação social?. *Cad. CRH*. 33:1, p. 1-14.
- Nunes, T. S., & Tolfo, S. R. (2013). Assédio Moral em Universidade: As Possíveis Consequências em Comentar e/ou Denunciar a Violência. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(4), 144-151.
- Oliveira, D. A., & Ferrari, A. (2018). Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. *Revista Diversidade e Educação*. 6(1), p. 21-29.
- Oliveira, M., & Maio, R. E. (2016). “Você tentou fechar as pernas?” – a cultura machista impregnada nas práticas sociais. *POLÊMICA*, 16(3), 001-01
- Pereira. A. C. F., & Favaro. N. A. L. G. (2018). *História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência*. Anais do congresso: formação de professores: contextos, sentidos e práticas. Paranavaí, Paraná, Brasil. Recuperado em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf.
- Porfírio, F. (2019) *Movimentos sociais*. Brasil escola. Acesso em 07 de agosto de 2021. Recuperado em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>.
- Povos Indígenas no Brasil Mirim. *Onde Estão*. Acesso em: 09 de maio de 2021. Recuperado em: <https://mirim.org/>
- Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS), (2021). *Relatório do Poder Judiciário Coordenadoria Estadual da Mulher m Situação de Violência Doméstica e Familiar- Femicídio*. Ed 02. p. 1-29.

- Roca, L. A., et al. (2019). *Mapa do Feminicídio: Mato Grosso do Sul*. Recuperado em: <http://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/MAPA-DO-FEMINICI%CC%81DIO-VERSAO-FINAL-Luciana.pdf>.
- Rocha, M. M. (2007). Violência contra a mulher. In S. R. Taquette (Org). *Violência contra mulher adolescente/ jovem* (pp. 90-96), Ed.UERJ.
- Roichman, C. B. C. (2020). Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil. *Rev. Katálysis*. 23 (2), p. 357-365
- Rosa. E. C. (2017) *A inserção da mulher na universidade: uma trajetória de lutas e anseios*. Anais do Congresso Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3154625
- Rosa. E, Castro. E., & Queiroz. T (2020). *UEMS é a IES com maior percentual de alunos indígenas do Centro-Oeste*. Acesso em: 23 de maio de 2021. Recuperado em: <http://www1.uems.br/noticias/detalhes/uems-e-a-ies-com-maior-percentual-de-alunos-indigenas-do-centro-oeste-104843>.
- Sacramento, L. T., & Rezende, M. M. (2006) Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, 24(1), 95-104.
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis. Editora: Vozes.
- Sanches, I. (2020) *MS é o 3º estado do país onde mulheres mais pedem socorro pelo 180*: Campo Grande News. Recuperado em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-e-o-3o-estado-do-pais-onde-mulheres-mais-pedem-socorro-pelo-180>.
- Santana, A. M. (2010). Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. *Revista fórum identidades*, 4(8), 71-87.
- Santos, S. A. (2019). Violências contra estudantes no campus de uma universidade federal brasileira. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*. 8(5), 20-43.
- Santos, V. M. (2018): Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista a ciência. *Psicologia & Sociedade*. 30(1), 11-11.
- Santos, C. M. (2008). Da delegacia da mulher à lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. *Centro de Estudos Sociais*, 1-41.
- Santos, C. M., & Izumino, W. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios interdisciplinarios de américa latina y el caribe*, 16(1), 147-164.

- Saraiva, V. M. (2019). *Coletivos Feministas universitários e violência de gênero no centro-oeste e Distrito Federal*. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, Brasil.
- Scavone, M. et al. (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Data Popular/Instituto Avon. Acesso em: 10 de maio de 2021. Recuperado em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s revista eletrônica*, 17(1), 1-14.
- Silva, L. L.; Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação Saúde, Educ.* 11(21), 93-103.
- Silveira, R. S. & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*. 26(1), p. 14-24.
- Silveira, R. (2020). A Lei Maria da Penha e a perspectiva de gênero no poder judiciário a partir da análise de decisões que discutiam sua (in) constitucionalidade. In P. Staliano; M. Mondardo (Orgs). *Violência contra a mulher: diálogos interdisciplinares*. (pp. 193-224), Editora Brazil Publishing.
- Sommacal, C. L., & Tagliari, P. A. (2017). A cultura de estupro: o Arcabouço da desigualdade, Da tolerância à violência, da Objetificação da mulher e da Culpabilização da vítima. *Revista da Esmesc*, 24(30), 245-268.
- Souza, L. P. (2020) Violência e não violência: Imagens e representações de jovens do ensino médio. *Cad. Cedes. Campinas*, 40(110), 37-57.
- Souza, B., & Prates, M. (2015) *Poste, ácido e linguíça: 11 trotes que chocaram o Brasil*. Acessado em 30 de maio de 2021. Recuperado em: <https://exame.com/brasil/poste-acido-e-linguica-os-trotes-que-chocaram-o-brasil/>
- Staliano, P; Abatti. L. S., & Rosa, A. M. S. (2020). Combate à violência doméstica em meio à pandemia do COVID-19: efetividade das políticas pública. In P. Staliano, & M. Mondardo (Orgs). *Violência contra a mulher: diálogos interdisciplinares*. (pp. 12-30), Editora Brazil Publishing.
- Staliano, P; Costa, L. O., & Mondardo, M. (2020). Violência contra mulheres e feminismo decolonial na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. In P. H. Rocha; J. L. Q. Magalhães, e P. M. P. Oliveira. (Orgs) *Decolonialidade a partir do Brasil*. (Volume 5, pp. 175-194) Editora Dialética.
- Tavares, J. (2011) *Estudantes de agronomia da UnB voltam a fazer trote sujo*. Acesso em 30 de maio de 2021. Recuperado em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/11/estudantes-de-agronomia-da-unb-voltam-fazer-trote-sujo.html>

- Teles, M. (2015). *Definindo violência, violência doméstica e violência contra crianças e adolescentes*, 1-8. Recuperado em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/07252017090229-a.violencia.sexual.texto.modulo.1.pdf>.
- Terras Indígenas no Brasil. *Reserva Indígena Dourados*. Acesso em 07 de agosto de 2021. Recuperado em: <https://terrasindigenas.org.br/>.
- Torres, I. C. (2020) O contemporâneo e os novos coletivos de mulheres. *Ser Social*. Brasília. 22(47), 432- 454.
- Tosi, L. (1998). Mulher e ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. *Cadernos Pagu*, 10, 370-397.
- Universidade Federal da Grande Dourados: *Histórico da Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul*. (Portal UFGD). Acesso em 08 de maio de 2021. Recuperado em: <https://www.ufgd.edu.br/reitoria/aufgd/historico>
- Universidade Federal Da Grande Dourados: *Resposta da Reitoria ao Movimento “Ocupa UFGD” sobre as pautas locais*. (Portal UFGD). Acesso em 07 de agosto de 2021. Recuperado em: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/resposta-da-reitoria-ao-movimento-ocupa-ufgd-sobre-as-pautas-locais>.
- Universidade Federal do Amazonas: *Violência contra as mulheres na Universidade*, (Portal UFAM). Acesso em 30 de julho de 2021. Recuperado em: <https://www.ufam.edu.br/ultimas-noticias/2274-violencia-contra-as-mulheres-na-universidade-traz-analise-sobre-o-tema-em-instituicoes-de-ensino-superior-no-amazonas.html>.
- Universidade de São Paulo: *Violência de gênero na universidade- o desafio da USP*, (Portal USP). Acesso em: 30 de julho de 2021. Recuperado em: <https://jornal.usp.br/artigos/violencia-de-genero-na-universidade-o-desafio-da-usp/>.
- Urue, R. (2020). *Aos 27 Anos, UEMS segue contribuindo para a transformação da sociedade*. Acesso em 23 de maio de 2021. Recuperado em: [http://www.uems.br/noticias/detalhes/ao-completar-27-anos-uems-segue-transformando-a-sociedade-070450#:~:text=De%20acordo%20com%20La%C3%A9rcio%2C%20a,sociedade%20sul%2Dmato%2Dgrossense.etext=Em%202020%2C%20a%20Universidade%20tamb%C3%A9m,\(10%25%20das%20vagas\)](http://www.uems.br/noticias/detalhes/ao-completar-27-anos-uems-segue-transformando-a-sociedade-070450#:~:text=De%20acordo%20com%20La%C3%A9rcio%2C%20a,sociedade%20sul%2Dmato%2Dgrossense.etext=Em%202020%2C%20a%20Universidade%20tamb%C3%A9m,(10%25%20das%20vagas)).
- Velasco, C. et al. *Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia*. Acesso em: 09 de maio de 2021. Recuperado em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml>.

- Vergo, T. M. W. (2017). *Políticas Públicas de Gênero e a Resposta Jurisdicional no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul] Porto Alegre.
- Vieira, T. (2017). *A Introjeção como mecanismo de defesa*, Psicanálise, teoria psicanalítica. Acesso em 07 de agosto de 2021. Recuperado de: <https://espelhopsicanalitico.wordpress.com/2017/05/20/a-introjecaocomo-mecanismo-de-defesa/>
- Vieira, V. (2020). A experiência/vivência na coordenação da mulher (TJMS) no fortalecimento às redes de atendimento e enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. In P. Staliano, & M. Mondardo (Orgs). *Violência contra a mulher: diálogos interdisciplinares*. (pp.225-253) Editora Brazil Publishing.
- Vigano, S. M. M., & Laffin, M. H. L. (2019). Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. *História*. 38 (1), 1-18.

APÊNDICE A

Termo Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, Portador do RG Nº _____, aceito participar da pesquisa intitulada “A violência no contexto universitário: um estudo com um coletivo de mulheres de duas universidades públicas”, realizada por Tânia Bianca Fagundes do Nascimento, sob orientação da Prof.^a Dr^a Pamela Staliano do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFGD - Dourados.

Esta pesquisa visa contribuir com o meio científico acadêmico, buscando recursos para fomentar o debate da violência sofrida por mulheres em espaços universitários, com o objetivo de compreender as representações de violência para o público feminino que circulam pelos espaços acadêmicos da cidade de Dourados.

A pesquisa conta com a parte qualitativa onde será realizada entrevistas de modo individual com as participantes que concordarem em colaborar. Dessa forma todos os dados obtidos nesta coleta serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo garantido o sigilo total das participantes do grupo e confidencialidade, seguindo todos os preceitos estabelecidos nas resoluções CNS/CONEP 466/12 e 510/16.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo consistem na disseminação de informação a respeito da problemática em questão (Violência contra mulher), contribuindo assim de forma significativa para a ciência, bem como para o conhecimento popular.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um roteiro de perguntas elaboradas pela pesquisadora em formato de entrevista breve, que levará cerca de 40 minutos. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Dessa forma assegura-se auxílio imediato à participante que se sentir lesada ou constrangida mediante a pesquisa, podendo esta não responder as perguntas e até mesmo deixar de fazer parte da pesquisa sem maiores encargos ou se algum momento sofrer quaisquer danos relacionados a pesquisa, a participante, será ressarcida pela pesquisadora.

Como forma de minimizar os riscos da pesquisa, a entrevista será realizada de forma individual para que a entrevistada possa se sentir confortável em responder as questões, e também terá acesso as informações sobre os procedimentos relacionados a pesquisa em qualquer momento e tem liberdade de recusar-se a participar, em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma. A privacidade da participante será respeitada, mas caso ainda haja quaisquer desconforto para a participante está poderá solicitar a pesquisadora apoio ou outra forma de reparo que julgue necessário. Nesse caso o sujeito da pesquisa poderá solicitar ressarcimento e indenização caso sinta-se lesada.

Caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo, no sentido de desconforto emocional relacionado á participação, a participante poderá se reportar a pesquisadora, que se compromete em prestar suporte psicológico a participante, de forma presencial ou por atendimento online, ficando a critério da participante.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquisadora, Tânia Bianca Fagundes do Nascimento, Rua: Quintino Bocaiuva, 30 – Jardim América, e-mail: taniabianca_fagundes@outlook.com, telefone: (67) 99679-4355 ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFGD: Rua Melvin Jones, 940 - Jardim América, Dourados-MS. CEP: 7.9803-010. E-mail: cep@ufgd.edu.br. Horário de funcionamento: das 07h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 16h:00min, de segunda-feira a sexta-feira.. O CEP consiste em um colegiado interdisciplinar e independente criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, bem como contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Caso concorde em participar, por favor, assine este termo, que será apresentado em duas vias (uma ficará com você e outra com o pesquisador).

Declaro que li e fui informada sobre os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva, as informações pertinentes ao estudo. De essa forma aceito participar do estudo.

Nome do
Participante: _____

Telefone para contato: _____

Endereço: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

ANEXO 1

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1506456.pdf	11/06/2020 17:45:28		Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	11/06/2020 17:39:55	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	11/06/2020 17:39:42	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/06/2020 17:39:29	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_justificativa.pdf	24/03/2020 16:11:54	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	instrumento_de_coleta.pdf	06/03/2020 14:39:06	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	06/03/2020 14:08:43	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Resolucao_de_aprovacao.pdf	01/03/2020 21:17:01	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Instituição e	demonstrativo_de_infraestrutura.pdf	01/03/2020 21:11:44	TANIA BIANCA FAGUNDES DO	Aceito
Infraestrutura	demonstrativo_de_infraestrutura.pdf	01/03/2020 21:11:44	NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Concordância	delaracao_de_compromisso.pdf	01/03/2020 21:04:17	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	13/02/2020 14:07:41	TANIA BIANCA FAGUNDES DO NASCIMENTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 01 de Julho de 2020

Assinado por: Leonardo Ribeiro Martins (Coordenador(a))